

ÍNDICE

Diagnóstico Prévio	1/83
I. Introdução	1/83
II. Metodologia.....	2/83
III. Descrição da Campanha.....	5/83
III.1 - Municípios - Ceará.....	5/83
III.1.1 - Município de Fortim	5/83
III.1.1.1 - Instituições	5/83
III.1.1.2 - Outros Atores	8/83
III.1.1.3 - Comunidades pesqueiras de Fortim.....	10/83
III.1.2 - Município de Aracati	16/83
III.1.2.1 - Instituições	16/83
III.1.2.2 - Comunidades pesqueiras de Aracati	19/83
III.1.3 - Município de Icapuí.....	29/83
III.1.3.1 - Instituições	29/83
III.1.3.2 - Comunidades Pesqueiras de Icapuí.....	35/83
III.1.3.3 - Municípios Rio Grande do Norte	50/83
III.1.3.3.1 - Município de Porto do Mangue	50/83
III.1.3.4 - Outros Atores	51/83
III.1.3.5 - Comunidades pesqueiras de Porto do Mangue.....	52/83
III.1.4 - Município de Areia Branca	56/83
III.1.4.1 - Instituições	56/83
III.1.4.2 - Outros Atores	57/83
III.1.4.3 - Comunidades Pesqueiras de Areia Branca.....	58/83
III.1.5 - Município de Grossos	62/83
III.1.5.1 - Instituições	62/83
III.1.5.2 - Comunidades Pesqueiras de Grossos.....	63/83
III.1.6 - Município de Tibau	65/83

III.1.6.1 -	Instituições	65/83
III.1.6.2 -	Comunidades Pesqueiras de Tibau	65/83
IV.	Análise de Temas Levantados	66/83
IV.1 -	A desunião dos Pescadores	66/83
IV.2 -	Ações da Petrobrás	67/83
IV.3 -	Pressão sobre Recursos Pesqueiros.....	69/83
IV.4 -	A reprodução Social da Atividade	71/83
IV.5 -	A geografia da Pesca	73/83
V.	Considerações Finais	78/83
VI.	Equipe Técnica	82/83
VII.	Bibliografia	82/83

ANEXOS

Anexo I-1 - Roteiros de Entrevista

Anexo I-2 - Lista de Partes Interessadas

Anexo I-3 - Mapa

Legendas

Quadro I-1- Comunidades de Pesca	1/83
Figura III-1 - Entrevista com presidente da Colônia de Pescadores Z- 21.....	6/83
Figura III-2 - Entrevista com Secretário Municipal de Pesca.....	7/83
Figura III-3 - Secretário Municipal de Meio Ambiente	8/83
Figura III-4 - Entrevista com proprietário do Frigorífico Barra Pescados.....	9/83
Figura III-5 - Instalações do Frigorífico Barra Pescados.....	9/83
Figura III-6 - Entrevista com sr. Kaeligs	10/83
Figura III-7 - Resort onde se pratica o Kitesurf.	10/83
Figura III-8 - Conversa com membros da comunidade envolvidos coma pesca artesanal	12/83
Figura III-9 - Embarcações de pescadores artesanais na sede municipal	12/83
Figura III-10 - Entrevista com pescador da comunidade.....	13/83
Figura III-11 - Jangadas utilizadas na pesca artesanal.....	13/83
Figura III-12 - Conversa com membros da comunidade.....	15/83
Figura III-13 - Pescadores indicando área de pesca.	15/83
Figura III-14 - Conversa com membros da comunidade.....	16/83
Figura III-15 - Embarcações pesqueiras.	16/83
Figura III-16 - Entrevista com Secretário Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos e com Assessora Técnica.	17/83
Figura III-17 - Entrevista com Presidente da Colônia Z- 12 de Aracati.	18/83
Figura III-18 - Conversa com membros da comunidade.....	20/83
Figura III-19 - Identificação das áreas de pesca mais utilizadas	20/83
Figura III-20 - Conversa com membros da comunidade.....	21/83
Figura III-21 - Identificação de áreas de pesca mais utilizadas.....	21/83
Figura III-22 - Entrevista com ex capataz da comunidade	23/83
Figura III-23 - Artesanato local.	23/83

Figura III-24 - Identificação de áreas de pesca.....	24/83
Figura III-25 - Embarcações pesqueiras.....	24/83
Figura III-26 - Conversa com ex capataz da comunidade	25/83
Figura III-28 - Conversa com membros da comunidade.....	27/83
Figura III-29 - Embarcações pesqueiras.....	27/83
Figura III-30 - Identificação das áreas mais utilizadas na pesca	29/83
Figura III-31 - Embarcações pesqueiras.....	29/83
Figura III-32 - Entrevista com representante da Colônia de Pescadores Z - 17, de Icapuí.....	31/83
Figura III-33 - Conversa com membros da SEDEMA.....	33/83
Figura III-34 - Entrevista com presidente do Sindicato dos Pescadores	35/83
Figura III-35 - Conversa com membros da comunidade.....	37/83
Figura III-36 - Identificação das áreas de pesca.	37/83
Figura III-37 - Entrevista com pescador da comunidade.....	38/83
Figura III-38 - Embarcações pesqueiras.....	38/83
Figura III-39 - Entrevista com membro da comunidade	39/83
Figura III-40 - Embarcações pesqueiras (lagosta).	39/83
Figura III-41 - Entrevista com capataz da comunidade	41/83
Figura III-42 - Comunidade de Quitérias.....	41/83
Figura III-43 - Entrevista com capataz da comunidade	43/83
Figura III-44 - Embarcações pesqueiras.....	43/83
Figura III-45 - Conversa com membros da comunidade	45/83
Figura III-46 - Entrevista com capataz da comunidade	46/83
Figura III-47 - Canoa entrando no mar.....	46/83
Figura III-48 - Entrevista com capataz da comunidade	48/83
Figura III-49 - Comunidade de Vila Nova.	48/83

Figura III-50 - Identificação das áreas de pesca, que coincidiram as comunidades de Barreirinha e Vila Nova.....	50/83
Figura III-51 - Comunidade de Barreiras de Cima.	50/83
Figura III-52 - Beira Mar no centro da Cidade, o desembarque é realizada nos fundos das peixarias	53/83
Figura III-53 - Rio das Conchas, área de embarque e desembarque a beira mar	53/83
Figura III-54 - Sala de Reuniões da Sede da Colônia Z-17	53/83
Figura III-55 - Perfil da Ocupação a Beira Mar no Rosado	54/83
Figura III-56 - Casas dos pescadores ao fundo do povoado.....	55/83
Figura III-57 - Ocupação de Veraneio a beira mar	55/83
Figura III-58 - Barracas na praia de Ponta do Mel, próximas a área de apoitamento dos barcos.	59/83
Figura III-59 - Ocupação de casas a beira mar.....	59/83
Figura III-60 - Barco de pesca em armadilhas de cóvo (mazuá).	60/83
Figura III-61 - Barcos presos na maré baixa na beira da praia.....	60/83
Figura III-62 - Construção de Barco de Atum em São Cristóvão.	60/83
Figura III-63 - Fenda do Biquíni, área de visitação turística em São Cristóvão.....	60/83
Figura III-64 - Pier de embarque e desembarque do Rio Apodi.....	61/83
Figura III-65 - Visão da área de embarque do Rio Apodi e do porto da Balsa de travessia para Grossos.....	61/83
Figura III-66 - Avenida a beira do cais com galpões de peixaria, da Colônia e de apoio a pesca.....	61/83
Figura III-67 - Movimentação da produção de sal entre Areia Branca, Grossos e o Porto Ilha.	61/83
Figura III-68 - Sede da Associação Comunitária e de Pescadores da Praia de Pernambuco, atual sede da Colônia Z-38.....	64/83
Figura III-69 - Área de apoitamento dos barcos em Pernambuco.	64/83
Figura III-70 - Construção de Barco de Atum a beira mar.	64/83
Figura III-71 - Peixaria e comércio local, em expansão.	64/83
Figura III-72 - Região costeira de Tibau (sede), área de embarque e desembarque.	66/83
Figura IV-1 - Tamanho do Barco de Pesca de Atum em relação a outros barcos menores - Porto de Areia Branca / RN.	75/83

Figura IV-2 - Barco a motor de pesca de linha, rede e armadilhas - São Cristóvão, Areia Branca / RN	76/83
Figura IV-3 - Jangadas e Bateiras - Upanema, Areia Branca - RN.....	77/83
Quadro V-1 -Comunidades de pescadores que serão contempladas por esse PCAP e sua junção por Projetos /83de Compensação Implementados.	79/83

DIAGNÓSTICO PRÉVIO

I. INTRODUÇÃO

Este diagnóstico prévio é parte do Projeto de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP) relativo ao processo de licenciamento para a realização de atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 3D na Bacia Sedimentar do Potiguar - Programa Potiguar Fase 2 (Processo IBAMA nº 02022.000920/2014-17).

O objetivo deste diagnóstico é subsidiar o planejamento das oficinas para construção coletiva de projetos para as comunidades de pescadores artesanais potencialmente prejudicados pela realização da pesquisa sísmica referida. Além disso, este diagnóstico se coaduna com as seguintes metas expressas no PCAP:

- Identificar as instituições e atores relacionados com a pesca e o espaço marítimo nos municípios.
- Realizar contato com todas as comunidades identificadas
- Identificar outras comunidades pesqueiras que também realizam atividades na área de levantamento sísmico.

No **item III. Descrição da Campanha** encontram-se os registros das reuniões realizadas e no **item IV - Análise de Temas Levantados** verificam-se considerações sobre os principais temas abordados.

Observa-se que todas as ações tiveram, inicialmente, como referência, as comunidades indicadas no EAS, referentes a este licenciamento, conforme apresentadas no **Quadro I-1**.

Quadro I-1- Comunidades de Pesca

Estado	Município	Comunidades de Pesca
CE	Fortim	Pontal do Maceió
		Rio Jaguaribe
		Canto da Barra
	Aracati	Porto da Camélia
		Praia de Canoa Quebrada
		Praia de Majorlândia
	Icapuí	Praia de Ponta Grossa
		Praia da Redonda
		Praia de Barrinhas
		Praia de Vila Nova
		Barra Grande
		Praia de Tremembé

Estado	Município	Comunidades de Pesca
RN	Tibau	Praia de Tibau
	Grossos	Praia de Pernambuco
	Areia Branca	Praia de Upanema
		São Cristóvão
		Ponta do Mel
	Praia da Baixa Grande	
Porto do Mangue	Rio das Conchas	

Fonte: EAS Pesquisa Sísmica Marítima 3D na Bacia Sedimentar do Potiguar - Programa Potiguar Fase 2, Ecology 2016.

II. METODOLOGIA

Em termos metodológicos considerou-se em primeiro lugar as ferramentas já indicadas na metodologia do PCAP, são elas:

- **“Leitura de material** - documentos, artigos, projetos e diagnósticos sobre a atividade pesqueira na região. Incluem-se neste material os PEAs do Rio Grande do Norte e Ceará realizados pela Petrobrás.
- **Contatos Telefônicos Prévios** - Inicialmente foram contatados atores e instituições já identificadas para coleta de informações e agendamentos para realização das primeiras abordagens em campo.
- **Entrevistas** - Foram feitas entrevistas a partir de roteiros para obter informações que permitam identificar lideranças dos pescadores e outros atores que sejam referência para o público-alvo, bem como instituições representativas consideradas legítimas por este público. Além disso, levantou-se as formas mais adequadas de informar e contatar este público, com destaque para a identificação dos locais de convivência do grupo, bem como outras comunidades que tenham atuação na área de levantamento sísmico.
- **Conversas em Grupo** - Nos locais onde foram encontrados representantes do público-alvo foram realizadas conversas com o grupo de forma a se obter ou fornecer informações, ao mesmo tempo vai estimulou-se a reflexão sobre estes conjuntos de informações. Inclui-se a realização de pequenas reuniões em residências e ruas para a promoção das conversas.”
- Para realização das atividades foram organizadas duas equipes. Ambas se dirigiram aos nos municípios confrontantes com a área prevista para a atividade, para aplicar as ferramentas acima descritas, de modo a realizar um levantamento capaz de cumprir as metas e os objetivos deste diagnóstico. Uma equipe teve a incumbência de atuar nos municípios situados no Estado Ceará e outra por aqueles situados no Rio Grande do Norte.

No Estado do Ceará:

- Aracati
- Fortim
- Icapuí

No Estado do Rio Grande do Norte

- Areia Branca
- Grossos
- Porto do Mangue
- Tibau

A campanha foi realizada no período de 11 a 22 de dezembro de 2017. As equipes foram preparadas para a realização de entrevistas e conversas com base em roteiros pré-determinados indicados no **Anexo I-1**. Além disso, nas novas comunidades encontradas foi realizado o registro das áreas de pesca em um mapa que representa graficamente o espaço marítimo na região incluindo a área onde se prevê a realização da pesquisa sísmica.

De uma forma geral a abordagem das equipes de consultores seguiu a sistemática de agendar por telefone um encontro com representantes dos pescadores (colônias ou associações) ou do poder público local em cada município. Em seguida foram realizadas as visitas presenciais nas comunidades.

No encontro com o representante dos pescadores a equipe técnica solicitou que indicassem em que comunidades residiam os pescadores do município. Junto a isso também foi questionado se existiam órgãos ou pessoas do setor público (federal, municipal ou estadual) que atuavam na área da pesca. Observa-se que a despeito do objetivo central os questionamentos nas entrevistas também buscaram informações para subsidiar a realização das outras linhas de ação, ou seja, as discussões relativas ao ordenamento territorial e a instalação de defletores. Para todas as pessoas contadas durante a campanha foram divulgadas informações sobre o PCAP e toda as linhas de ação. Além de permitir contribuições dos contatados para a todas as linhas de pesquisa, a informação sobre as demais linhas de ação confere transparência ao Projeto, permitindo que

sua atuação seja notória nos municípios e comunidades, onde habita/atua seu público-alvo. Deste modo os atores contatados podem buscar participar ou contribuir com as linhas componentes, observando que sua participação está condicionada a perspectiva que o público-alvo inserido em cada linha tem destes atores e de sua legitimidade.

A equipe que realizou a campanha, além de utilizar os roteiros, fez outros questionamentos que se mostraram relevantes durante as interações. A princípio as interações eram precedidas pela apresentação do trabalho pretendido, incluindo as três linhas de ação previstas e a forma como se pretende alcançar os objetivos e as metas (indicadas no PCAP). Destaca-se que nesta apresentação foi explicado que o PCAP é uma exigência do órgão ambiental em função da atividade de pesquisa sísmica (Programa Potiguar Fase 2/Processo IBAMA nº 02022.000920/2014-17).

O fato de inserir temas não previstos no roteiro e quando possível aprofundar tais discussões, promovendo a reflexão sobre o tema é considerado positivo para o desenvolvimento do trabalho. As conversas e entrevistas quando entendidas e conduzidas como interação social traduzem uma construção entre o(s) entrevistado (s) e o entrevistador, que neste sentido assume a função de estimular a reflexão e expressão do entrevistado. Esta interação se reflete no resultado final deste trabalho. Assim além dos temas e itens obrigatórios, já previstos, somam-se os elementos considerados importantes pelos atores contatados, buscando refletir neste documento a sua percepção.

Tão importante quanto o levantamento dos dados é a sua apresentação, na medida em que esta representa a articulação dos dados para a sua análise e conclusão do diagnóstico. Neste relatório optou-se por colocar as informações discriminadas segundo o Estado, Município e tipo de atores (instituições ou comunidades). Respeitando as particularidades de cada local (em todas as dimensões trabalhadas, ou seja, Estados, Municípios e Comunidades) e dos próprios atores expressas nos resultados das entrevistas, buscou-se, na medida do possível, padronizar a apresentação dos dados coletados, de modo que fosse possível comparação e síntese do que fora observado nas comunidades, instituições e outros atores.

Para a apresentação dos dados levantados, seguindo a metodologia apontada, optou-se por separar em dois eixos. O primeiro eixo é descritivo, onde serão apresentados os dados obtidos em campo, o segundo, de teor analítico, vai aprofundar e interpretar as percepções levantadas em campo, concentrando-se nos temas mais recorrentes nas entrevistas ou relevantes para os objetivos do trabalho.

III. DESCRIÇÃO DA CAMPANHA

As atividades desenvolvidas em campo foram realizadas a partir da lista de partes interessadas que encontra-se no **Anexo I-2**.

Em algumas comunidades observou-se que apesar da ocorrência de subdivisões em localidades menores. Em termos de pesca artesanal e o que a envolve, essas localidades compartilham de um mesmo espaço social que configura o conjunto como um só comunidade, tanto em termos sociais como econômicos. Nestes casos específicos mais de uma localidade foi tratada no texto relativo à comunidade. Estas situações estão indicadas pela inclusão dos nomes das localidades em parênteses ao lado no nome da comunidade, precedidas pelo sinal de adição (+).

III.1 - MUNICÍPIOS - CEARÁ

III.1.1 - Município de Fortim

III.1.1.1 - Instituições

Colônia de Pescadores Z - 21

Na interação com a presidente da colônia Sra. Luzirene Gomes, mais comumente chamada de Dona Lelete, ela pontuou que o volume pescado de peixe e da lagosta tem diminuído ao longo do tempo, o que repercute na renda do pescador. Segundo a entrevistada, os pescadores associam a redução do pescado aos navios de estudos de petróleo.

A entrevistada também relacionou como dificuldade a insegurança da atividade de pesca (*artesanal*). Os pescadores vão para o mar em pequenas embarcações (paquetes e jangadas), que se utilizam apenas dos ventos para navegar e são extremamente inseguras. Mencionou, também, que na época do vento leste, a atividade torna-se ainda mais arriscada.

Informada pela equipe técnica sobre a linha de ação relativa ao ordenamento territorial, a entrevistada demonstrou interesse e afirmou que seria importante que os pescadores participassem da reunião de ordenamento territorial marítimo e indicou o Núcleo de Informação Tecnológica (NIT), em Fortim, para a realização dessas reuniões.

A entrevistada ponderou que os pescadores são *desunidos* na região, mas que precisam muito de um projeto de geração de renda para não dependerem exclusivamente da pesca, principalmente suas famílias, que não possuem alternativas fora da atividade. Informou, também, que o

turismo é uma atividade que vem crescendo no município, mas ainda emprega muito menos do que a pesca.

Outro ponto importante da conversa foi em relação ao defeso da lagosta, que ocorre entre o final de novembro e o mês de maio, e o seguro defeso que os pescadores de lagosta têm direito, mas que esse ano o número de parcelas foi reduzido de 6 para 5 meses, o que vem deixando os pescadores indignados. Tais pescadores são proibidos de pescar comercialmente no período do defeso (o defeso é de lagosta), somente para subsistência.



Figura III-1 - Entrevista com presidente da Colônia de Pescadores Z- 21.

Secretaria de Agricultura e Pesca

No dia 12/12/2017 foi realizada reunião com Tiago Gurgel, Secretário de Agricultura e Pesca, que informou que atua na articulação entre IBAMA, Marinha, Universidades e Colônia de Pescadores.

Segundo o secretário existem estudos sobre potencial de pesca e população de peixes na região, mas não soube especificar onde se pode encontrar este documento. Ele informou, também, que a Secretaria atua com mais ênfase na agricultura, promovendo a implantação de hortas (mandalas) e dando apoio a agricultura familiar do município. Não foram mencionados projetos desenvolvidos especificamente com pescadores artesanais.

O Secretário informou que tentarão retomar o convênio junto a Petrobras para o subsídio do óleo diesel, para a venda com preço reduzido para os pescadores. Observa-se que esse projeto foi mencionado de modo positivo pelos pescadores durante as conversas. Além desta possibilidade mencionaram outros projetos, com destaque para regata de jangadas.

O Sr. Tiago sugeriu projetos que tenham como meta reduzir o número de intermediários na economia da pesca. Ele frisou que os atravessadores adquirem o pescado por preço comparativamente muito baixos àqueles praticados na venda ao consumidor, de forma que a esta categoria concentra boa parte da renda do pescado. Ao ser questionado sobre a possível criação de cooperativas ou uma cooperativa central para o município, ele informou que realmente será uma tarefa difícil, dada a falta de união da classe.

Informou, ainda, ter muito interesse em participar de uma reunião de ordenamento territorial marítimo, e citou o conflito já existente entre pescadores e representantes do *kitesurf* na região. Disse que uma reunião foi realizada recentemente, mas que as partes ainda não ficaram inteiramente satisfeitas com o desfecho. Apesar disso o secretário acredita que poderá conciliar melhor os interesses das atividades, promovendo um consenso entre estes usuários do espaço marítimo.



Figura III-2 - Entrevista com Secretário Municipal de Pesca

Secretaria de Meio Ambiente

No dia 12/12/ 2017 o Sr. Israel Araujo, Secretário de Meio Ambiente, foi contatado para uma conversa sobre a possibilidade de participar de uma reunião de ordenamento territorial marítimo em Fortim. Também, foi informado que aquela seria uma ação em contrapartida à passagem de um navio sonda que está realizando um estudo de sísmica na costa do litoral cearense. O Sr. Israel informou que no mês de novembro havia sido realizada uma reunião entre pescadores e *kitesurfistas* para formular um acordo de uso do mar, principalmente, na barra do rio Jaguaribe, que é uma área sensível para os pescadores e reprodução dos peixes, e por outro lado e uma zona ideal para a prática do esporte.

O secretário tem receio de que a retomada de discussões sobre ordenamento territorial reacenda as discussões entre os pescadores e os *kitesurfistas*, podendo resultar na retomada do conflito, Supostamente o conflito se encerrou com a reunião realizada em novembro.



Figura III-3 - Secretário Municipal de Meio Ambiente

III.1.1.2 - Outros Atores

Frigorífico Barra Pescados

No dia 12/12/2017 foi realizada uma conversa com o Sr. Castelo, dono do frigorífico Barra Pescados, que compra grande parte da pesca de Fortim e revende para outros mercados (lagosta exportação). O frigorífico fornece gelo e outros insumos aos pescadores, além de fornecerem vales (adiantamentos) a eles.

O Sr. Castelo é uma referência para os pescadores locais e foi indicado durante uma conversa na comunidade da Barra. O frigorífico existe desde 1998 e é a principal local de escoamento da produção local.

Durante conversa, o Sr. Castelo criticou a ação de comunicação prévia da atividade de pesquisa sísmica na área de pesca da região, e reclamou que o contato só foi realizado após o início da passagem da embarcação. Ele informou que barcos que trabalham com ele já foram interceptados pelo barco que navega à frente da embarcação de pesquisa, e tiveram que se deslocar de seus locais de pesca. Observa-se que os registros confirmam o contato com duas embarcações de Fortim, uma estava pescando e a outra fundeada. Ambas tiveram que se deslocar para outras áreas.

O entrevistado acha importante a compensação dos pescadores por suas perdas de área de pesca e indicou um radialista que poderá fazer a divulgação das reuniões na rádio local. Sobre o

conflito dos pescadores com a atividade de kitesurf, ele informou que o IBAMA realizou um estudo sobre o impacto da atividade em áreas de pesca, mas este documento ainda não foi encontrado pela equipe.

Outro ponto abordado foi a percepção da diminuição do pescado na região nos últimos anos, que o entrevistado compartilha desta percepção e atribui isso à “pesca predatória” dos próprios pescadores. Ele mostrou uma licença de pesca e apontou para o local onde diz que a pesca deve ser realizada com o uso de covos (manzuá), mas disse que muitos pescadores usam rede de arrasto e compressor, pescando lagostas ovadas ou menores que o tamanho exigido. Ele disse que o comprador muitas vezes sabe que o pescador usa métodos ilícitos de pesca, mas que não assume a responsabilidade.

O entrevistado manifestou interesse em participar de discussões sobre o ordenamento territorial ou enviar um representante.



Figura III-4 - Entrevista com proprietário do Frigorífico Barra Pescados



Figura III-5 - Instalações do Frigorífico Barra Pescados

Escola de Kitesurf

Em virtude das conversas realizadas no dia 11/12/2017, foi identificada a existência de um conflito entre pescadores e kitesurfistas. O kitesurf é um esporte que vem ganhando adeptos no país e tem nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, como locais privilegiados para a sua prática. No município de Fortim essa prática aparenta ser pouco explorada em comparação a outros municípios do estado, entretanto, já existe um resort construído nas proximidades da barra do rio Jaguaribe, dedicado a prática desse esporte. No resort existe uma escola de Kite que tem o nome de Jaguaribe Kite e o organizador é um francês chamado Sr. Kaelig, radicado no

país. Em conversa com o Sr. Kaelig ele informou que costuma ter movimento de alunos por cerca de 8 meses ao ano, que se constituiu na temporada de ventos na região (entre junho e janeiro).

Questionado sobre o conflito entre os pescadores e a atividade de kitesurf na barra do rio Jaguaribe, o Sr. Kaelig disse que realmente os pescadores alegam que o movimento das pranchas na foz do rio espanta os peixes (local sensível para a procriação de espécies), mas diz que nenhum estudo comprovando esse fato foi apresentado. Ele informou, também, que foi realizada uma reunião entre os representantes do Kite na região (ele e o dono do Kaval Kite) e os pescadores, mediada pela prefeitura (Secretaria de Pesca e Secretaria de Meio Ambiente), e que nessa reunião foi definida uma área para a prática do kite e qual deveria ser a área preservada para a pesca, de forma a não atrapalhar (a circulação ou rota) de peixes na foz do rio Jaguaribe. O Sr. Kaelig questiona a validade desse acordo, visto que, segundo ele, foi uma imposição dos pescadores e que ele não foi ouvido. O Sr. Kaelig acredita que a atividade que desenvolve na região também é importante para o município, pois o turismo do kite vem crescendo e gerando emprego e renda para a população. O entrevistado mencionou que gostaria de participar da reunião sobre ordenamento territorial marítimo.



Figura III-6 - Entrevista com sr. Kaeligs



Figura III-7 - Resort onde se pratica o Kitesurf.

III.1.1.3 - Comunidades pesqueiras de Fortim

Fortim - Centro (+Guajiru, +Jardim)

No dia 11/12/2017 foi realizada reunião com um grupo de pescadores do centro de Fortim. Os pescadores de Fortim utilizam basicamente lanchas a motor. Todos atuam com a pesca de lagosta e uma minoria com captura de peixes.

Os pescadores reclamaram que o defeso da lagosta dura 6 meses e eles recebem apenas 5 salários de seguro defeso. Relataram, também, que durante o período de defeso da lagosta eles são impedidos de realizar qualquer outro tipo de atividade para geração de renda, até mesmo pesca de peixes para comercialização. Falaram que eles são ameaçados de prisão caso desobedeçam essa determinação.

Reclamaram que faltam pessoas qualificadas para interceder por eles junto ao Ministério Público, e que se sentem desamparados quando participam de reuniões com órgãos públicos. Informaram que apenas a Colônia de Pescadores atua junto a eles, e que a mesma conta com um advogado contratado, mas que não atua nas reuniões.

Sobre a passagem da embarcação de pesquisa sísmica, eles dizem que acham importante a implantação de projetos nas comunidades para melhorar as condições das localidades e reparar as perdas de cada uma delas. Mencionaram, também, que os pescadores são muito desunidos, o que dificulta a implantação de um projeto comum para cada comunidade e, também, lhes falta instrução e conhecimento para reivindicar seus direitos ou lutar por melhorias em suas condições.

Citaram como principais dificuldades a diminuição do pescado na região, os preços altos do material de pesca e custos operacionais e a falta de representantes dos pescadores. Não identificaram nenhuma liderança para indicar, além da Dona Lelete, por ser representante da colônia. Também, citaram a falta de oportunidades além da pesca para suas famílias como um problema.

Frisaram a falta de fiscalização na região. Citaram que seria importante ter uma embarcação de fiscalização atuando na região, para que os pescadores fiquem mais seguros e para que a pesca predatória seja coibida.

Em relação a localização das áreas de atuação da pesca artesanal, observou-se que elas se concentram no espaço entre a costa e o limite da plataforma continental, de modo que a possibilidade de encontro, entre as embarcações de pesca artesanal e as embarcações envolvidas na atividade sísmica tende a ocorrer somente quando as mesmas estiverem atuando no limite da plataforma (ver Mapa 01, no Anexo I-3).

Observa-se que a comunidade de Guajiru será incluída nas ações relativas à sede municipal, em função de sua proximidade e de apresentar, segundo informantes locais, um contingente de pescadores artesanais relativamente baixo.

Segundo estimativas da Colônia de Pescadores existem 166 pescadores na sede de Fortim. Nas interações realizadas foi sugerido que as oficinas sejam realizadas em uma unidade de ensino na sede municipal.



Figura III-8 - Conversa com membros da comunidade envolvidos com a pesca artesanal



Figura III-9 - Embarcações de pescadores artesanais na sede municipal

Comunidade do Pontal de Maceió

A conversa realizada no dia 11/12/2017, com a comunidade de Fortim também contou com a participação de representantes da comunidade de Pontal de Maceió, e, apesar do tipo de pesca ser diferente (Fortim - Barco a motor e Pontal - Barco a pano), relataram problemas semelhantes. Reforçaram a ausência de representantes qualificados para lutar pelo direito dos pescadores e por melhorias em suas condições de trabalho e de vida.

No caso das embarcações a pano, foi frisado que são embarcações com menos segurança, o que resulta em maiores riscos a vida dos pescadores ao saírem para a pesca, principalmente, na época de vento leste.

O mesmo mapa que se refere à Fortim (centro) se refere também a Pontal de Maceió, de modo que há uma concentração das atividades pesqueiras no intervalo entre a costa e o limite da plataforma continental (ver Mapa 1, no Anexo I-3).

Nesta comunidade existem 199 pescadores, segundo a colônia. O local indicado para a realização das oficinas foi a sede da capatazia (sub unidade da colônia de pescadores) na comunidade.



Figura III-10 - Entrevista com pescador da comunidade



Figura III-11 - Jangadas utilizadas na pesca artesanal

Comunidade da Barra do Rio Jaguaribe e Canto da Barra

No dia 11/12/2017 foi realizada conversa com cerca de 15 pescadores na comunidade de Barra, na beira do rio Jaguaribe. Durante a conversa, os pescadores mostraram-se bastante reativos inicialmente, com receio dos impactos que poderiam ser causados pela passagem da embarcação de estudo sísmico, mas aos poucos algumas de suas dúvidas foram esclarecidas. Existem relatos que uma pesquisa sísmica causou impactos no passado, o que resulta em receio e desconfiança atualmente. As histórias de seus impactos, ainda, são muito vívidos no imaginário dos pescadores.

Um pescador relatou que já havia avistado a embarcação distante, e outro pescador disse que o barco que vai à frente da embarcação de estudos sísmicos já havia solicitado que o barco que o pescador estava se afastasse para não atrapalhar a passagem da embarcação. Informaram que em nenhum dos casos tiveram maiores problemas.

Segundo os informantes na comunidade da Barra vivem cerca de 200 pescadores, e que em sua maioria pescam em lanchas a motor (embarcações de mais de 12 metros em geral) além da pesca, as pessoas da comunidade trabalham na agricultura (principalmente com a produção de caju) e alguns na prefeitura, mas que a principal atividade é a pesca. Reclamaram da falta de alternativas para geração de renda e que, pelas dificuldades da vida no mar, insegurança e pouca renda, os mais jovens da comunidade não querem seguir os passos de seus pais, e não querem trabalhar com a pesca.

Os pescadores falaram que a quantidade de pescados (principalmente a lagosta) vem diminuindo ano a ano, e atribuem esse fato a pesca predatória dos próprios pescadores. Toda a lagosta pescada e vendida para a empresa Barra Pescados (Castelo), que direciona para exportação. Os peixes são vendidos para atravessadores e para a Barra Pescados, também. Alguns peixes são consumidos localmente ou seguem para Fortaleza.

No exercício de representar as áreas utilizadas pela pesca artesanal no mapa, os informantes locais registraram que a pesca se concentra no intervalo entre a costa e a plataforma continental (como se pode ver no Mapa 03, no **Anexo I-3**).

Eles relataram, também, que a implantação de projetos para a comunidade é difícil, pois os pescadores ali são desunidos, e que tem alguns que tomam a frente de projetos, mas que “só querem se aproveitar”. Eles solicitaram que o projeto que for implementado para a comunidade deveria ficar diretamente sob o controle dos pescadores, sem intermediários.

Citaram como possibilidades de projetos, a estruturação de uma cooperativa de pescadores, para baratear o preço na compra dos materiais de pesca, gelo, combustível e demais custos operacionais. Eles informaram, também, que já foi implantado um projeto de barateamento de óleo diesel (subsídio) no município de Fortim, que segundo eles tinha apoio da Petrobras, e solicitaram a possibilidade de implantação de um projeto parecido novamente.

Os membros da comunidade contatados sugeriram que as oficinas fossem realizadas no estabelecimento de ensino local.



Figura III-12 - Conversa com membros da comunidade



Figura III-13 - Pescadores indicando área de pesca.

Comunidade de Viçosa (+ Volta Grande)

No dia 12/12/2017 a comunidade de Viçosa foi visitada, e foi realizada conversa com um pescador e um construtor de barcos, sendo uma das referências da comunidade. Segundo informantes locais a comunidade possui cerca de 150 pescadores, que pescam em sua maioria de lanchas a motor. Essa comunidade situa-se as margens do rio Jaguaribe, mas atua, principalmente, com pesca no mar. Nessa comunidade não existe nenhuma outra atividade de geração de renda expressiva, apenas a pesca. Segundo o entrevistado isso representa uma fragilidade, na medida em que apresenta riscos e tem uma remuneração relativamente baixa. Na fala do entrevistado seriam interessantes projetos para alternativas à pesca para as mulheres (muitas são marisqueiras) e para os mais jovens que não querem ir para o mar. Foi destacado que está em curso a migração de pescadores para a o extrativismo de mariscos, pois considera-se que a atividade é mais segura e rentável.

Toda a lagosta pescada é vendida para a empresa Barra Pescados (Castelo), que direciona para exportação. Os peixes são vendidos para atravessadores e para a Barra Pescados, também. Alguns peixes são consumidos localmente ou seguem para Fortaleza.

As áreas de pesca utilizadas pela comunidade foram representadas segundo as artes de pesca ou embarcação. Todas ocorrem em paralelo à costa sem chegar ao limite da plataforma continental. A pesca de rede ocorre do município de Ceará Mirim (RN) ao sul até Paracuru (CE), no limite da mapa utilizada, já a pesca por espinhel ocorre de Porto do Mangue (RN) até Paracuru (CE), por fim a pesca realizada em lancha, se afasta um pouco da costa, quase no limite da plataforma continental, ocorrendo de Caiçara do Norte (RN) até Paracuru (CE), como se pode ver no Mapa 02, no Anexo I-3.

Nesta comunidade também foi sugerido o uso do estabelecimento de ensino local para as oficinas.



Figura III-14 - Conversa com membros da comunidade



Figura III-15 - Embarcações pesqueiras.

III.1.2 - Município de Aracati

III.1.2.1 - Instituições

Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos

No dia 13/12/2017 foi realizada entrevista com o Secretário de Agricultura e Recursos Hídricos, Sr. Antonio Kaminski, e com a Assessora Técnica da Secretaria e Engenheira de Pesca, Sra. Damares Guimarães. A Secretaria atua junto aos pescadores com a oferta de cursos para as famílias (EJA e educação contextualizada para a realidade dos pescadores), com apoio do SESI foi ofertado o projeto “Pescando Letras”, fortalecimento de associações locais e estão tentando inserir os produtos pescados por pescadores artesanais na merenda escolar, mas ainda não obtiveram sucesso.

Os entrevistados informaram que a atuação da secretaria junto aos pescadores, ainda, é muito recente e eles não conhecem muito bem a realidade das comunidades de pescadores do município de Aracati. Mas demonstraram ter conhecimento sobre a problemática da pesca local como: a pesca predatória, com a utilização de rede de arrasto e compressor\marambaia e o roubo e danificação de equipamentos (manzuá) de pescadores por grupos de pesca ilegal.

Outro problema que acomete os pescadores são agravos relacionados com a derme, com destaque para o câncer de pele. Além disso, ganha relevância problemas de visão. Segundo os entrevistados este agravos tem relação com a exposição ao sol seu reflexo.

Ainda, de acordo com os entrevistados, o município possui um mercado municipal que negocia peixes e carnes, mas o pescador costuma vender direto para atravessadores, pois esses compram toda a produção de uma vez, facilitando a comercialização por parte dos pescadores. Acreditam que os peixes pescados no município têm seu maior consumo no próprio município, e a lagosta é comercializada com a **Compescal** ou **Mares Pescados**, empresas que criam camarões em viveiros e comercializam lagosta para o exterior.

Na região já foram registrados conflitos entre pescadores e IBAMA (fiscalização da pesca) e também entre pescadores. Indicaram o problema da desunião entre pescadores e comunidades, e indicaram oficinas de líderes e gestores como algo positivo para o empoderamento da classe que vive da pesca artesanal.

Informaram que tem interesse em participar da discussão sobre ordenamento territorial marítimo.



Figura III-16 - Entrevista com Secretário Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos e com Assessora Técnica.

Capitania dos Portos

Durante visita a Capitania dos Portos, no dia 15/12/2017, foi realizada uma breve entrevista com o Suboficial Braga, que era o único apto a dar qualquer tipo de informação sobre a atuação da Capitania dos Portos naquela região. A Agência de Aracati funciona desde 2012, e atende aos municípios costeiros de Beberibe, Fortim, Aracati e Icapui, além de alguns outros municípios

ribeirinhos. A agência atua com a fiscalização e regularização de embarcações, e segundo o Suboficial informou, não tem poder de “polícia na costa”, ao ser questionado se a Capitania atuava nos conflitos entre os pescadores na região.

Ele informou que para a participação da Capitania dos Portos no fórum de discussão do ordenamento territorial é necessário envia rum ofício, formalizando o convite.

Colônia de Pescadores Z - 12

No dia 15/12/2017 foi entrevistada a Sra. Juscelina de Lima, presidente da colônia. Foi explicado sobre a atividade do navio de sísmica na região e ela disse que os pescadores se mostram um pouco ressabiados com a presença do navio na região e a possibilidade das ondas sísmicas “espantarem” os peixes e lagostas.

A Sra. Juscelina falou sobre as dificuldades em se trabalhar com comunidades de pescadores, mas acredita que não ocorrerão dificuldades para atuar com os pescadores e desenvolver projetos.

Ela informou, também, que existe um projeto da EMATER-CE que está sendo desenvolvido com as marisqueiras, mas que nenhum órgão da prefeitura atua com os pescadores.

Em relação às discussões relativas ao ordenamento territorial, a representante afirmou que considera importante que pescadores participem da discussão, e entende que diversos pescadores estão aptos para entrar nesse debate, visto que muitos usam GPS e tem conhecimento de cartas náuticas.

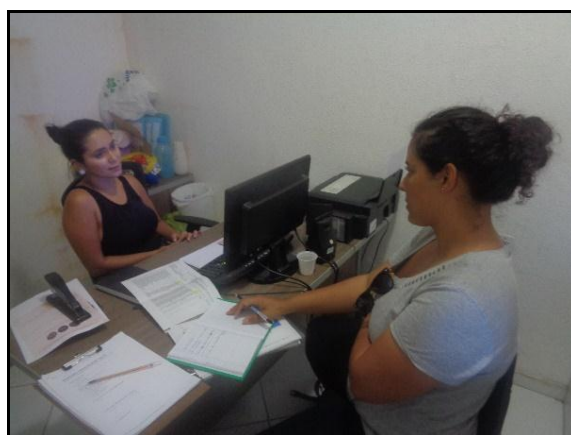


Figura III-17 - Entrevista com Presidente da Colônia Z- 12 de Aracati.

III.1.2.2 - Comunidades pesqueiras de Aracati

Comunidade de Canoa Quebrada

No dia 13/12/2017, ao fim do dia, foi encontrado um grupo de pescadores reformando uma jangada (embarcação predominante nessa comunidade) na praia e foi realizada a entrevista.

O grupo de pescadores informou que na comunidade de Canoa Quebrada, além da pesca, são desenvolvidas as atividades de agricultura e turismo. O turismo pareceu ser a atividade que mais emprega na região de Canoa Quebrada, mas os pescadores afirmaram que a pesca, ainda, é bastante forte.

Acreditam que um projeto de fortalecimento da pesca pode ser importante para a região, visto que a atividade turística vem ganhando muito espaço. Segundo eles, a comunidade possui cerca de 200 famílias de pescadores que vem sofrendo com a diminuição paulatina dos pescados, ano após ano, e o avanço de um turismo de alto nível, encarecendo serviços, aumentando o valor das terras (especulação imobiliária) e segundo eles, todo o aporte de dinheiro investido na região, dinheiro estrangeiro geralmente, é destinado aos grupos envolvidos com turismo.

Sobre o avanço do turismo, eles citaram a construção de um condomínio de luxo em um local de dunas, onde haviam lagoas que suas famílias frequentavam em momento de lazer, mas agora havia sido fechado pela empresa responsável pelo condomínio. De acordo com os mesmos, tempos atrás, ou como disseram: “No tempo do *Zé Melancia*, isso não ficaria assim”. Questionados sobre essa frase, eles sorriram e falaram que antigamente, os pescadores eram mais aguerridos e organizados, lutando mais pelos seus direitos e desejos.

Eles mencionaram que atualmente a pesca passa por grande dificuldade com a diminuição do pescado, esta situação, na interpretação dos entrevistados, decorre da do aumento da pesca predatória. Observa-se que as áreas de pesca utilizadas ficam entre a costa e a plataforma continental, fora do limite previsto para a pesquisa sísmica, como se pode ver no Mapa 15, no **Anexo I-3**.

Por ser uma comunidade de pesca em barco a pano (paquetes e jangadas), o pescador que pesca em barco alheio (pesca de canto) recebe metade do pescado, ou seja, a pesca é dividida igualmente entre os pescadores da embarcação. Quase todos os pescadores têm suas embarcações. A venda é direta para os atravessadores (ou marchantes), que vendem o pescado em Aracati ou na própria Canoa Quebrada, para restaurantes.

Para a realização das oficinas foi sugerido à equipe utilizar o ponto de lazer, próximo à Associação local.



Figura III-18 - Conversa com membros da comunidade



Figura III-19 - Identificação das áreas de pesca mais utilizadas

Comunidade de Majorlândia

No dia 14/12/2017 foi realizada uma conversa com um grupo de pescadores e ex-pescadores encontrados na antiga sede da Associação de Pescadores de Majorlândia, em frente à praia. Os pescadores informaram que existem cerca de 100 pescadores na comunidade e 20 jangadas.

Na oportunidade foram repassadas informações sobre a atuação da embarcação de estudo sísmico e esclarecidas algumas dúvidas. Também, foi explicado o processo de compensação que será realizado, e os pescadores ficaram animados com a possibilidade de um projeto para ajudar a comunidade. Eles fizeram questão de deixar claro que um projeto para os pescadores de Majorlândia deverá ser controlado pelos próprios pescadores, pois tiveram experiências ruins com gestões externas de outros projetos. Deram o exemplo da própria sede da Associação dos Pescadores, que está abandonada e inacabada, e da fábrica de gelo, que não funciona há alguns anos.

Eles citaram a falta de união entre os pescadores como um dos maiores problemas para a implantação de um projeto coletivo, mas acreditam que debatendo com os pescadores desde o início, o projeto vai dar certo.

Além da pesca, a comunidade desenvolve o artesanato, principalmente, as mulheres de pescadores, que produzem bordados que chamam de labirintos, prática essa que vem caindo em desuso, pela falta de possibilidade de comercialização. Nos relatos, também, foi indicado que a pesca vem diminuindo na comunidade, os jovens não querem se arriscar no mar e a cada ano a produção é menor (quantidade de pescado). As causas para a diminuição do pescado, segundo eles, são a pesca predatória e a falta de chuvas. Há alguns anos que, no Ceará, o período de chuvas não atende as expectativas e isso, de acordo com eles, prejudica a reprodução de peixes na foz dos rios.

O pescado da comunidade é vendido nas comunidades vizinhas ou no município de Aracati, no Mercado Municipal. Segundo informantes locais as rotas e áreas mais utilizadas estão situadas entre a costa e o limite da área prevista para a pesquisa sísmica, sem se interpor a esta última. A pesca da lagosta ocorre mais próxima à costa e a do pescado mais próxima ao limite da área prevista para ser alvo da pesquisa sísmica, como se pode ver no Mapa 11, no **Anexo I-3**.

Também, foi realizado contato com o Seu Genaro, capataz da comunidade, para explicar sobre a embarcação de estudo sísmico, e para levantar seus contatos, visando articulações nas etapas futuras na comunidade. Observa-se que foi sugerido à equipe que as oficinas fossem realizadas na associação ou no estabelecimento de ensino local.



Figura III-20 - Conversa com membros da comunidade



Figura III-21 - Identificação de áreas de pesca mais utilizadas.

Comunidade de Quixaba

No dia 14/12/2017 foi visitada a comunidade de Quixaba, e foi realizada entrevista com o Sr. Aldeirton, ex-capataz da comunidade e ex-presidente da Colônia dos Pescadores. Ele foi indicado em outras localidades e, ainda, é visto como uma das referências para os pescadores da região. Ele informou que a comunidade de Quixaba possui cerca de 300 famílias, e 25 lanchas a motor, além das embarcações a pano (jangadas e paquetes).

Sobre a comunidade, o Sr. Aldeirton informou que eles têm problemas de infraestrutura, falta de saneamento básico, com destaque para o abastecimento de água, pois os poços artesianos têm apresentado baixa oferta de água. Também, faltam oportunidades de trabalho além da pesca. Neste sentido destaca-se o artesanato (labirinto) como alternativa, mas que atualmente tem um mercado muito restrito.

Em relação às dificuldades na pesca, ele alegou que a população de lagostas vem diminuindo bastante na região, alguns dizem que por culpa de estudos sísmicos anteriores realizados na região, mas também pela pesca predatória, que ele considera um grande problema. A pesca de compressor e pesca de rede de arrasto vem contribuindo para a redução da população de lagostas, e as ações dessa pesca clandestina, também, vem contribuindo para o aumento de confrontos entre pescadores na região.

Ele considera importante que com a passagem do navio de estudos sísmicos, todas as perdas de material (danificação) sejam ressarcidas, e que as perdas financeiras, também, sejam compensadas. Considera que um projeto de geração de renda seria importante para a comunidade, mas vê a desunião da comunidade como um problema.

As embarcações de Quixaba pescam peixe, camarão e lagosta e, nessa comunidade, assim como em tantas outras, existe a figura dos armadores que contratam os pescadores para suas embarcações. Cada armador possui em média 2 a 3 embarcações. Os peixes são vendidos localmente e os camarões e lagostas são vendidos para as empresas que levam para fortaleza e/ou exportam.

As áreas de pesca utilizadas ficam entre a costa e o limite da área onde se prevê a realização da pesquisa sísmica. Sendo que a pesca da lagosta ocorre mais próxima à costa e do pescado nas proximidades do limite, como se pode ver no Mapa 08, no **Anexo I-3**.

Projetando as próximas etapas, foi sugerido à equipe que reuniões fossem feitas na Casa da Paixão ou na praça da comunidade.



Figura III-22 - Entrevista com ex capataz da comunidade



Figura III-23 - Artesanato local.

Comunidade de Lagoa do Mato

Ainda, no dia 14/12/2017 foi realizada visita na comunidade de Lagoa do Mato, essa é uma pequena comunidade de cerca de 80 famílias e, segundo os pescadores entrevistados (um deles era o capataz da comunidade, Seu Zé do Bazé), todas as famílias do local vivem da pesca. A pesca na comunidade é artesanal com a utilização de jangadas e paquetes, e pescam a no máximo 25 braças de profundidade.

Eles citaram como dificuldade da atividade da pesca o excesso de vento entre agosto e dezembro (que eles chamam de vento leste), e como todas as embarcações da comunidade são movidas a velas, ficam suscetíveis a eles. Alegam que a atividade torna-se extremamente perigosa nessa época e pouco lucrativa, mas mesmo assim eles precisam ir para o mar. Também, reclamam que as embarcações maiores estragam os equipamentos deles, dando enorme prejuízo, e conseguem pescar muito mais lagostas, deixando pouco para os pequenos pescadores. Outra reclamação dos pescadores de Lagoa do Mato e em relação a construção das usinas eólicas que foram construídas na comunidade e atrapalharam a visualização dos pontos de referência que eles tinham na terra para marcar os pontos onde lançam suas armadilhas (manzuá). Como eles não utilizam GPS, precisam se localizar utilizando pontos de referência na terra.

Eles falaram, também, sobre a falta de alternativas de trabalhos para as mulheres. Algumas são marisqueiras, mas não há alternativas para quem não quiser atuar como tal. Acreditam que um bom projeto para a comunidade seria a apresentação de alternativas para geração de renda sem depender necessariamente da pesca.

Nessa comunidade não existe a figura do armador e os pescadores que pescam de canto (na embarcação de outro pescador) levam o seu material de pesca e ficam com o que pescarem. O pescado é vendido para atravessadores que revendem os peixes para as comunidades do entorno ou no município de Aracati.

As áreas utilizadas na atividade pesqueira estão situadas no intervalo entre a costa e o limite da área onde se prevê a realização da sismica. A pesca da lagosta ocorre nos pontos mais próximos à costa e a do pescado mais próxima ao limite previsto para a pesquisa, como se pode ver no Mapa 07, no **Anexo I-3**.

Considerando as etapas seguintes, foi indicado à equipe que as oficinas poderiam ocorrer no estabelecimento de ensino local ou na varanda da sede da Associação de Moradores.



Figura III-24 - Identificação de áreas de pesca



Figura III-25 - Embarcações pesqueiras.

Comunidade de Fontainha

Após a visita a comunidade de Lagoa do Mato, foi realizada visita a comunidade de Fontainha, ainda no dia 14/12/2017. Foi realizado contato com o Seu Belezinha (Ruperto Medeiros), referência na comunidade e ex-capataz, que nos informou que a comunidade possuía cerca de 80 pescadores, que atuam com pequenas embarcações a pano e pescam em profundidades de até 25 braças.

Ele informou, também, que não existe atividade de geração de renda além da pesca e do marisco, e que parte dos moradores da comunidade vivem de Bolsa Família. Ele considera que o Estado apoia muito pouco os pescadores, e disse, ainda, que a Secretaria de Pesca não tem atuação junto aos pescadores.

Em virtude do porte pequeno das embarcações da região, não existe a figura do armador, e parte dos pescadores tem sua própria embarcação, e os que não possuem nem mesmo um paquete, pescam de canto em jangadas de outros pescadores. A divisão do pescado é feita meio a meio e a venda do pescado é efetuada para os atravessadores (marchantes), que revendem entre as comunidades vizinhas ou no centro de Aracati.

O Seu Belezinha indicou a Dona Sandra, atual capataz da comunidade, que também foi contatada para maiores detalhes da comunidade, para levar informações sobre a passagem da embarcação de estudo sísmico e para informar sobre futuras etapas do Programa de Compensação, tendo-a como referência para articulação junto a comunidade de Fontainha. O centro comunitário foi indicado como local ideal para a realização de oficinas.



Figura III-26 - Conversa com ex capataz da comunidade

Comunidade de São Chico (+ Retirinho, + Picada de Areia)

No dia 14/12/2017 foi realizada uma visita na comunidade de São Chico, que possui cerca de 200 famílias e abarca outras duas comunidades menores chamadas Retirinho (50 famílias) e Picada da Areia (50 famílias). Foi contatado o Roberto Bagajara (Beto), capataz da comunidade.

Durante a entrevista, ele informou que a comunidade sofre muita com a falta de alternativa para a geração de renda, e que a atividade mais significativa é a agricultura (agricultura familiar), produção de caju ou trabalho de carteira assinada na empresa que cultiva melão na região.

Sobre a pesca, ele informou que tem caído muito a pesca de lagosta na região, principalmente, após o início do uso das marambaias com utilização do compressor, considerada pesca predatória. Nas comunidades em que atua, o Beto informou que são utilizadas embarcações

muito simples, a vela (paquetes e jangadas), e que pescam a cerca de 25 braças. As embarcações permanecem relativamente próximas à costa, atuando no intervalo entre a costa e o limite da área prevista para a pesquisa, como se pode ver no Mapa 06, no **Anexo I-3**.

Em virtude do porte das embarcações, não existe a figura do armador, e os pescadores que não possuem barcos pescam de canto com outros pescadores. A divisão na pesca de lagosta é feita de forma mais livre, cada pescador fica com o que pescar, sendo que cada um leva o seu material de pesca. Já em relação aos peixes, a divisão é feita de 3 (dono do barco) para 1 (pescador). Todo o pescado é vendido para atravessadores, e a lagosta é vendida para a Compescal (grande empresa de exportação de lagosta e camarão).

Para as oficinas foi indicado à equipe que as mesmas poderiam ocorrer no estabelecimento de ensino. Observa-se que atualmente está em construção um centro comunitário, que uma vez concluído também poderia comportar os eventos.



Figura III-27 - Entrevista com capataz da comunidade

Porto da Carmélia

No dia 15/12/2017 foi realizada visita no Porto da Carmélia, localidade onde aportam as embarcações na região central do município de Aracati, no rio Jaguaribe. O Porto da Carmélia possui esse nome está localizado em frente a Barraca da Dona Carmélia. Ao lado da referida barraca situa-se a Barraca do Didiu, onde está localizado um tanque de óleo diesel e um estaleiro de construção e reparo de embarcações, e onde a reunião foi realizada.

Alguns pescadores, ex-pescadores e armadores participaram da reunião, entre eles o ex-capataz da Colônia de Pescadores, Seu Zé Trovão, que ainda é a maior referência dos pescadores da

região. Os participantes informaram que cerca de 200 pescadores utilizam o local como porto, em torno de 20 lanchas. Ao serem informados sobre o motivo da reunião, a embarcação de estudo sísmico que estava atuando na região, e serem prestadas algumas informações sobre a atuação da embarcação, alguns participantes reclamaram de falta de informações mais detalhadas, como a rota da embarcação atualizada, para que os pescadores saibam onde a embarcação estará nos próximos dias e por onde eles poderão se deslocar. Eles, também, reclamaram que não houve uma reunião prévia, antes da embarcação começar a passar, para que os pescadores pudessem se preparar.

Segundo eles, a pesca ainda é a atividade mais forte na região, que tem o comércio como opção. Eles, também, informaram que a atividade pesqueira vem caindo muito nos últimos anos, com falta de pescado, devido à pesca predatória, principalmente, pela utilização de rede de arrasto. Eles, também, relataram conflitos com pescadores de Icapui, principalmente, da região de Tremembe, que utiliza rede de arrasto e compressor. Frisaram que Icapuí é o local do Ceará com o maior índice de pesca ilegal.

A figura do armador é comum na região, contando de 1 a 3 embarcações e nem sempre pescam. Na conversa foram identificados conflitos entre armadores e pescadores e potencial concorrência para definição dos projetos do PCAP. Estima-se que esses conflitos se manifestem em reuniões e oficinas no futuro.

Algumas ideias de projetos surgiram, como o barateamento de insumos (óleo e gelo), possibilidade de cooperativa, instalação de fábrica de gelo com geração de energia solar ou eólica (visto que os custos com energia são muito altos). Para a realização das oficinas foram sugeridos a Barraca do Didiu, a Barraca da Carmélia ou o CVTec (Centro Vocacional Técnicos).



Figura III-28 - Conversa com membros da comunidade



Figura III-29 - Embarcações pesqueiras.

A área de pesca está situada entre a costa e o limite da área onde se pretende realizar a pesquisa sísmica. Em frente ao município ocorre a pesca da lagosta e do município de Touros (RN) ao sul até Paracuru (CE) ao norte tem-se peixes, como se pode ver no Mapa 05, no **Anexo I-3**.

Comunidade de Vila da Volta

No dia 16/12/2017 foi realizada visita a comunidade de Vila da Volta, na divisa entre os municípios de Fortim e Aracati, na beira do rio Jaguaribe. Foi realizado contato com Zé Flavio, ex-capataz e referência na comunidade, e outros pescadores da localidade, que informaram que cerca de 200 famílias vivem na região, e a comunidade possui 11 embarcações.

Segundo os informantes, a comunidade não possui outras alternativas de geração de renda além da pesca. Uma pequena parte da população produz artesanato e outros se dedicam ao marisco. Os pescadores afirmam que o pescado vem diminuindo com o passar dos anos. Atribui-se esta redução à pesca predatória e ao aumento do volume de embarcações atuando na região.

Ao ouvirem as informações sobre a realização da pesquisa sísmica na área, eles manifestaram receio de ter o material de pesca danificado pela passagem da embarcação. A equipe confirmou que quaisquer danos aos materiais de pesca seriam ressarcidos (aquisição de novo material) pela empresa responsável pela atividade (PGS).

Apesar do receio, observa-se que as principais áreas, onde se realiza a pesca, não se interpõe a área prevista para a passagem da embarcação sísmica. A área de pesca está situada entre a costa e o limite da área onde se pretende realizar a pesquisa sísmica. Em frente ao município ocorre a pesca da lagosta e do município de Touros (RN) ao sul até Paracuru (CE) ao norte tem-se peixes, como se pode ver no Mapa 04, no **Anexo I-3**.

Não existe a figura do armador de pesca na comunidade e os próprios pescadores são os responsáveis por suas embarcações, sendo a divisão do pescado e meio a meio entre dono e pescadores. Todo o pescado da comunidade é vendido para atravessadores, que vendem os peixes para Aracati, Canoa Quebrada ou para a Barra Pescados, do Sr. Castelo.

Para a realização das oficinas foram indicados a sede da Associação de Pescadores e Marisqueiras de Vila da Volta ou a Barraca de Praia.



Figura III-30 - Identificação das áreas mais utilizadas na pesca



Figura III-31 - Embarcações pesqueiras.

III.1.3 - Município de Icapuí

III.1.3.1 - Instituições

Colônia de Pescadores Z-17

No dia 18/12/2017 foi realizada visita a Colônia de Pescadores - Z17 do município de Icapuí, onde foi entrevistada a Sra. Audilene de Castro, Tesoureira da Colônia e Capataz da comunidade de Barrinhas, que passou um panorama da pesca no município.

De início a entrevistada manifestou desaprovação sobre o processo, afirmando que a reunião ocorreu em novembro/2017, quando a licença havia sido aprovada pelo IBAMA e a embarcação já estava começando os trabalhos na costa do Ceara e Rio Grande do Norte.

De acordo com a entrevistada, no ano de 1998 outra embarcação de estudo sísmico passou próximo a costa de Icapuí com resultados catastróficos. Segundo ela, a embarcação deixou um rastro de peixes mortos (peixes boiando no mar), e citaram explosões utilizadas pela embarcação como a causa dessa mortandade dos peixes. Ainda, segundo relato a atividade ocorreu em águas rasas, de forma que era possível visualizar a embarcação da costa e ouvir o estrondo das explosões.

A Sra. Audilene informou também que o município teve uma queda grande na produção de pescados nos 5 anos que sucederam a esta ocorrência.

Dessa forma, os pescadores da região têm muito medo que a atividade de estudo sísmico espante os peixes, cause problemas na procriação das lagostas e que os resultados sejam parecidos com o que ocorreu em 1998. Eles reclamam que nenhum estudo foi apresentado informando o tempo que essas espécies ficarão longe, ou mesmo que essas espécies retornarão.

A Sra. Audilene citou também, o “Banco Cajuais”, um banco de corais que existe no litoral de Icapuí e que é extremamente importante para a alimentação dos peixes, concentrando diversas espécies. Essa área extremamente sensível, fica em águas mais rasas.

Sobre a pesca na região, ela informou que é a principal atividade do município e que tem cerca de 5 mil pescadores registrados na Colônia, sendo 2 mil pescadores de lagosta. Estão registradas 346 embarcações de pesca de lagosta, e mais de mil barcos no total.

A representante afirmou que existem 16 comunidades de pesca no litoral de Icapuí, e 12 capatazes que atendem a essas comunidades (alguns capatazes atuam em 2 comunidades) são referências para contatos nas comunidades, mas ela deixou claro que poderia encontrar resistência em algumas comunidades, devido ao histórico das experiências com estudos sísmicos.

Em relação aos conflitos sobre relacionado com a atividade pesqueira, ainda, existem na região entre pescadores de manzuá (pesca permitida) e pescadores de rede de arrasto e compressor (clandestina). Esses conflitos já tiveram um caráter de guerra entre os anos de 2009 e 2014, com mortes e barcos queimados. Esse período ficou conhecido como “A Guerra da Lagosta”.

Por fim, ainda fez menção às doenças relacionadas a pesca, como problemas de visão, câncer de pele e problemas sérios de coluna. Disse que os pescadores quando atingem uma idade mais avançada geralmente sofrem com esses problemas.

A respeito da reunião sobre ordenamento territorial marítimo, ela informou que a colônia tem interesse em participar sim, e indicou a Secretaria de Meio Ambiente (que cuida da pesca), além das empresas Icapel, Prime e Qualimar, empresas grandes que atuam com pescados na região.



Figura III-32 - Entrevista com representante da Colônia de Pescadores Z - 17, de Icapuí.

Secretaria de Meio ambiente, agricultura e pesca (SEDEMA)

Ainda, no dia 18/12/2017 foi realizada pequena reunião na Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca (SEDEMA), do município de Icapuí, no setor de produção, indicado como a área que atua diretamente com a pesca. O Secretário não estava disponível, mas a entrevista foi feita com o veterinário (Maxon Diego) e o técnico responsável pela área (Alex Max).

Quando explicado o motivo da entrevista e apresentada a proposta de trabalho, os representantes reclamaram que não tiveram acesso aos estudos elaborados para o licenciamento ambiental da atividade e que a reunião que foi realizada em novembro de 2017 (já após o início da atividade do navio), teve pouca abrangência da população e foi realizada em apenas uma localidade, envolvendo poucas comunidades de pesca e poucos pescadores. Um dos principais motivos para o baixo público, segundo eles, foi a marcação da reunião muito próximo do evento.

Para solucionar problemas desse tipo, eles sugeriram que para as próximas reuniões fosse feito o contato com o Departamento de Pesca, para que eles apoiassem a logística, e fossem usados canais de comunicações populares, como a rádio da cidade, de modo que a prefeitura assumiria parte da mobilização.

A Secretaria atua junto aos pescadores com elaboração de projetos de geração de renda e melhoria da qualidade de vida dos pescadores, mas pelo que foi apresentado, existe um aporte de projetos muito maior para a agricultura, com parcerias público/privada, e articulações entre Estado e até captação de projetos com verba federal.

Citaram como grande referência na região o Projeto São José, uma iniciativa do Estado do Ceará que apoia os agricultores familiares, e no município de Icapuí apoiam o beneficiamento da castanha do caju e criação de tilápias em tanques de aquicultura para comercialização.

O Sr. Alex Max apresentou um projeto de aquicultura que está em desenvolvimento, que consorcia a criação de tilápias com uma pequena horta de aquaponia. Sugeriu como possível opção para os pescadores não precisarem se arriscar tanto no mar e uma segurança de produção, visto que a criação das tilápias ocorre em ambiente controlado, reduzindo perdas. Os pontos negativos apresentados foram os altos custos de ração, e custos de instalações (Investimento inicial de 5 mil reais por unidade familiar). De acordo com ele, esses custos se pagam rapidamente, pois em 6 meses se tem uma receita mensal de 900 reais.

Outra sugestão de projeto que foi dada para reduzir os riscos dos pescadores, foi a piscicultura nas comunidades. A produção de peixes em tanques comunitários, como cooperativas. Também, foi informado que existe articulação para que consigam comprar pescados locais para incorporar a merenda escolar, mas ainda não obtiveram sucesso.

Sobre a pesca no município, eles informaram que a produção vem caindo com o passar dos anos, segundo dados apresentados no local (sem referência) entre 2016 e 2017 houve uma queda de 30% na pesca de lagosta.

Alegaram que em virtude da baixa na pesca e das dificuldades a que os pescadores são submetidos (risco de vida, exposição ao sol, dias no mar), muitos pescadores estão migrando da atividade da pesca para a agricultura. No município existe uma empresa de produção de melão, chamada Famosa Agrícola, que contrata muitos moradores de Icapuí. Também, falaram que existe grande diferença, em algumas comunidades, entre os donos de embarcações e os pescadores (qualidade de vida, renda).



Figura III-33 - Conversa com membros da SEDEMA

Sindicato dos Pescadores

No final do dia 18/12/2017 foi realizada reunião no Sindicato de Pescadores e Marisqueiras de Icapuí (SINDPAMI), e a entrevista foi realizada com o presidente do sindicato, Sr. Tobias Soares da Silva. O sindicato está localizado na Praia da Redonda e atende a cerca de 330 pescadores, a grande maioria da própria Praia da Redonda.

O sindicato foi criado em 2010, em virtude de conflitos que ocorreram no município entre os pescadores de lagostas das praias mais próximas do Rio Grande do Norte (Barrinha, Centro, Quiterias, Tremembe), que atuavam, em grande parte utilizando compressor e redes de arrasto, e os pescadores das praias de Ponta Grossa, Redonda e Barreiras, que pescavam de manzuá. Esse evento ficou conhecido como a Guerra da Lagosta, conforme já mencionado e durou cerca de 4 anos, acarretando em mortes e barcos queimados. De acordo com o Sr. Tobias, o sindicato foi criado para separar os pescadores que não tinham boas relações com os pescadores das comunidades com altos índices de pesca ilegal, e que eram cobertos pela Colônia dos Pescadores de Icapuí. A atuação do sindicato assemelha-se com a atuação da colônia, mas o Sr. Tobias afirma que a relação entre as duas instituições é muito boa, se ajudam e um grupo apoia o outro. O Sr. Tobias, também, disse que hoje não há mais conflitos entre pescadores na região.

Sobre a passagem do navio de Pesquisa Sísmica, o Sr. Tobias lembra que em 1998 outra embarcação passou na região deixando grande prejuízo para os pescadores. Assim como a representante da colônia, o entrevistado associa este evento à uma pesquisa sísmica. Ele, ainda, afirmou que um pescador morreu e outro ficou surdo durante esta atividade, em virtude do uso de explosivos (mergulhadores).

Sobre os impactos referentes à atividade, ele informou que o Professor Jeová da Universidade Federal do Ceará, questiona a intensidade e os estudos realizados para a pesquisa.

Quanto as dificuldades da pesca na região, ele informa sobre a insegurança dos pescadores no mar (embarcações pequenas e a vela), e a diminuição do pescado, devido a pesca predatória (compressor e rede). Ainda assim, Icapuí é a maior produtora de lagostas do país, representando cerca de 30% da pesca nacional (sem referências).

O pescado de lagosta de Icapuí é direcionado em sua maioria para o exterior (EUA, Ásia, Europa e até Oriente Médio), entretanto, ultimamente o país perdeu credibilidade no mercado por uso de produtos químicos para conservação da carne da lagosta.

Sobre os projetos, ele informou que aquaponia, apresentado pelo SEDEMA, não serve para a realidade de Redonda, pois há muito pouca água doce. Ele sugere a criação de Parques Aquamarinho, entretanto, segundo suas estimativas o projeto teria um custo de 2 milhões (e exigiria um processo de licenciamento), mas atenderia a muitos pescadores e poderia ser gerenciado pelos próprios (capacitação dos próprios pescadores).

A Petrobras patrocinava a regata local (competição entre jangadas e paquetes locais), mas esse patrocínio terminou há cerca de 2 anos. O evento trazia oficinas, palestras e durava uma semana.

O Sr. Tobias informou, também, que existe um projeto de criação de um parque extrativista marinho na região da Redonda, mas ainda não foi aprovado. De acordo com o entrevistado, está em tramitação, dependendo apenas da aprovação do órgão ambiental.

Sobre a Redonda, ele disse que não existem armadores, e todos os barcos (Paquetes, Jangadas ou Botes a Pano) são de usos familiares.

O Sr. Tobias informou que, como representante do Sindicato dos Pescadores, tem muito interesse em participar de reunião para ordenamento territorial marítimo, e citou a importância em convidar professores da Universidade Federal do Ceará - UFCE (Professores Reinaldo Marinho e Satani) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (Professor Marcelo Tubarão).



Figura III-34 - Entrevista com presidente do Sindicato dos Pescadores

III.1.3.2 - Comunidades Pesqueiras de Icapuí

Comunidade de Tremembé (+ Melancias)

No dia 19/12/2017 a primeira comunidade visitada foi a de Tremembé, uma comunidade grande, com embarcações de porte médio. A comunidade possui cerca de 100 famílias vivendo da pesca, grande maioria dos moradores de Tremembé. Alguns moradores trabalham para prefeitura, mas são poucos.

Foi encontrado um grupo de pescadores locais na Barraca do Seu Geo, e dessa forma, a conversa foi realizada com esse grupo de pescadores e donos de barcos. O nome da comunidade tem relação com a etnia indígena Tremembé, embora, não existem mais índios na região.

Ao serem informados sobre motivo de nossa visita, demonstraram preocupação e receio com o estudo sísmico na região. Relembrou as atividades que ocorreram em 1998, identificada por eles como um estudo sísmico. Esta ação ocorreu próxima a costa e causou, segundo os relatos, grande mortalidade de peixes e baixo índice de reprodução das lagostas nos anos que se seguiram. Esse evento de 98 foi muito marcante na história da pesca local, e justifica a reatividade de alguns grupos de pescadores locais. Foram passadas informações das atividades atuais, inclusive deixando claro que a distância em que o estudo está sendo feito da costa e bem maior do que o que ocorreu em 98, tranquilizando-os um pouco.

Sobre a possibilidade de realização de um projeto para benefício da comunidade, todos acharam positiva, indicando algumas ideias. Citaram a criação de uma associação para fortalecer os pescadores locais e a comunidade. Acreditam que os pescadores precisam aprender a se organizar. Citaram, também, a construção de uma marina para as embarcações, com a implantação de um quebra mar para que as embarcações sejam aportadas em um local com águas mais calmas.

Já sobre o projeto de aquicultura, apresentado pela SEDEMA, os entrevistados informaram que o projeto não se adequa as necessidades da comunidade. A ração é muito cara e a tilápia não é um peixe com boa aceitação no mercado local.

Falaram sobre a falta de chuvas na região, que dura alguns anos, e a relação direta com a diminuição do pescado. Eles acreditam que a pouca entrada de água doce na foz dos rios diminui a procriação dos peixes na região. Apesar disso, disseram que a pesca de lagosta ainda está boa.

Os pescadores citaram a guerra da lagosta, ocorrida entre 2009 e 2014, e citaram casos em que pescadores presentes na reunião foram alvejados por embarcações da comunidade da Redonda. Segundo eles, esse conflito ficou para trás e atualmente, não existe problemas em ir pescar próximo a comunidade da Redonda, e vice-versa, os pescadores da Redonda não tem problemas em frequentar a comunidade de Tremembé.

Os pescadores presentes manifestaram insatisfação com o seguro defeso. Informaram que recebem 5 meses para passarem 6 meses parados, sem pescar lagosta, e nesse período, para terem direito ao dinheiro do seguro defeso, os pescadores não podem pescar peixes para comercializar, nem desenvolver outras atividades para complementar a sua renda (muitos queriam trabalhar na construção, agricultura, etc., mas são proibidos).

Na comunidade existe a figura do armador, que geralmente possuem de 2 a 4 embarcações, e a maioria dos armadores são ou já foram pescadores, o que faz com que os conflitos entre pescadores e donos de barco sejam menores, permitindo maior respeito aos armadores.

O pescado é dividido meio a meio (metade para os pescadores e metade para o dono do barco), e a lagosta segue para exportação, assim como os peixes vermelhos (ariaco e guarajuba), todos vendidos diretamente para as empresas.

As áreas de pesca da comunidade seguem um padrão já observado em outras comunidades, com a concentração da atividade no intervalo entre a costa e o limite da área, onde se pretende realizar a atividade de pesquisa. Nota-se que a pesca da lagosta ocorre, principalmente, em frente ao município de Aracati. Já a captura de peixes ocorre ao longo do intervalo mencionado, tendo como limites o município de Touros (RN) ao sul e Paracuru (CE) ao norte, como se pode ver no Mapa 10 no Anexo I-3.

Observa-se que o local indicado para as oficinas foi a própria Barraca do Seu Geo.



Figura III-35 - Conversa com membros da comunidade



Figura III-36 - Identificação das áreas de pesca.

Comunidade de Manibu (+ Peixe Gordo) * Embora pertença ao município de Icapuí, esta comunidade está vinculada à colônia de pescadores (Z-18) de Tibau/RN.

No dia 19/12/2017 foi realizada visita a comunidade de Manibu, uma pequena vila de pescadores próxima a divisa com o Rio Grande do Norte (cerca de 5 km de Tibau). Em conversa com um pescador local, Seu Fernando, ele informou que a maior parte dos pescadores da comunidade são registrados na Colônia de Pescadores de Tibau/RN, inclusive ele.

A comunidade é bem pequena, cerca de 10 famílias de pescadores (Peixe Gordo possui 8 famílias), e todos pescam de barcos a vela, a uma profundidade máxima de 25 braças.

O Seu Fernando informou que com a falta de chuvas a quantidade de pesca diminuiu bastante, dificultando ainda mais a vida dos pescadores da região. Também, informou que uma dificuldade que eles não possuem embarcações, trabalhando somente em barcos alheios.

Segundo o entrevistado, as famílias dos pescadores sofrem com a falta de alternativa de trabalho na região, bem como com a falta de infraestrutura (escola, posto de saúde). Além da pesca, as alternativas de geração de renda são a agricultura e o seguro desemprego. Poucos trabalham no comércio.

O peixe pescado é vendido na comunidade (barracas de praia) e nas comunidades vizinhas, e as lagostas são vendidas para atravessadores que levam o produto para as grandes empresas de pescados da região.

Para a realização das oficinas foi sugerida a Barraca Sol de Verão, onde foi realizada a entrevista.



Figura III-37 - Entrevista com pescador da comunidade



Figura III-38 - Embarcações pesqueiras.

Comunidade de Barra Grande (+ Requenguela + Centro + Cajuás + Mutamba) * Esta não é uma comunidade residencial de pescadores. Trata-se de um “porto de passagem” onde aportam barcos de vários locais. Não há moradores no local.

Foi realizada visita a comunidade de Barra Grande, que se configura como um grande porto que fica às margens do rio de Barra Grande. Foi possível observar a presença de embarcações de outros municípios, e muitas embarcações em reparos. Esse local abrange os pescadores do centro da cidade, além de pescadores de Requenguela, Cajuas e Mutamba, sendo um local central para todas essas comunidades. Neste local não foi possível realizar a identificação das áreas de pesca.

No local foi observada a presença de poucos pescadores, e como não há moradias de pescadores, os mesmos encontravam-se em momento de descontração, muitos já embriagados. Foi entrevistado o Seu Zé Pretinho, dono de uma barraca que fica ao lado da sede da cooperativa de pescadores (atualmente desativada).

Em conversa com o Seu Zé Pretinho, este informou que acha muito positivo que seja trazido um projeto para melhorar a vida dos pescadores. Ele citou o caso de alguns pescadores que não possuem sequer carteira de identidade, e muitos ganham bem com a pescaria, mas que o dinheiro não dura um dia, pois gastam tudo com bebida, drogas e mulheres. Ele alegou que esses são os maiores problemas dos pescadores.

Falou que a maioria das famílias da região vive da pesca, mas que a cidade, também, conta com outras fontes de geração de emprego, principalmente, a agricultura (cultivo de pimenta, abacaxi e melão).

Na região da Barra Grande existem armadores com 6, 7 embarcações, e que apenas alguns já foram pescadores. A divisão do pescado, geralmente, é de 5% para cada pescador, 10% para o mestre da embarcação e o restante para o dono do barco. A lagosta pescada segue para as grandes empresas e, posteriormente, para exportação.

Para a realização das oficinas foi sugerida a própria Barraca do seu Zé Pretinho ou um local na sede municipal de Icapuí.



Figura III-39 - Entrevista com membro da comunidade



Figura III-40 - Embarcações pesqueiras (lagosta).

Comunidade de Quitérias (+ Placa)

Na comunidade de Quitérias, o Sr. André foi contatado, por indicação da colônia, pois ele é o capataz da comunidade. Durante a conversa ele informou que há cerca de 100 famílias dependentes da pesca em Quitérias e existem 24 embarcações voltada para a pesca de lagosta na comunidade.

Ao ser informado o motivo da visita, foi explicada a atividade de Pesquisa Sísmica que está ocorrendo na costa do Ceará e Rio Grande do Norte. O Sr. André informou que tiveram poucas informações sobre essa atividade e reclama que houve apenas uma reunião que envolveu pescadores de Barrinhas e Redonda, basicamente. Disse que não houve convite prévio para outras comunidades de Icapuí.

O Sr. André informou que a pesca em Quitérias ocorre a uma profundidade de cerca de 50 metros e é feita com o uso de manzuá. Ele informou que a maioria dos pescadores da comunidade pescam lagosta que são vendidas para exportação e são comercializados no modelo de “lagosta viva”, que valoriza mais o produto, reduzindo os riscos de contaminação por produtos químicos para conservação da carne branca da lagosta. Os peixes que são pescados para consumo das famílias dos pescadores.

Sobre a realização de um projeto para beneficiar os pescadores o Sr. André informou que seria muito bom um projeto de geração de renda, mas disse também que os pescadores são um pouco desestimulados, mesmo quando aparece a possibilidade de implantação de um projeto na comunidade, por já terem sido muito enganados em outros momentos. Ele considera que os pescadores são muito pouco beneficiados pela prefeitura, estado e organizações.

As dificuldades citadas por ele foram a falta de infraestrutura da comunidade e o abandono da educação pela prefeitura. A diminuição de pescado, também, foi um fator que ele considera que está dificultando a vida dos pescadores.

O entrevistado mencionou que não conhece muito bem o projeto de aquicultura, mas citou que existe um projeto de criação de tilápias na comunidade de Olho d'água que é financiado pelo Projeto São José, iniciativa do Governo Estadual do Ceará.

Na comunidade de Quitérias não existe a figura do armador, por serem embarcações pequenas e que em sua grande maioria pertence às famílias da comunidade, em que os irmãos dividem a condução dos barcos. Os pescadores que não tem embarcações e pescam de lado recebem cerca de 40% da pesca.

Em relação às áreas de pesca, observou-se uma situação peculiar. As principais áreas se concentram entre a costa e o limite da área prevista para a pesquisa, como a maioria das comunidades cearenses observadas aqui, mas a captura de peixe ocorre em frente ao município, mas a pesca da lagosta se estende de Porto do Mangue (RN) ao sul até Beberibe (CE) ao norte, como se pode ver no Mapa 14, no **Anexo I-3**.

O Sr. André mostrou materiais da Petrobras distribuídos nas comunidades de pesca, e resultados de alguns projetos que estão sendo desenvolvidos por eles, como a preservação do peixe boi (existem 8 peixes-boi na região de Quitérias) e a contratação de moradores locais que realizam o controle do pescado nas comunidades.

Neste local também foi sugerido que as oficinas fossem realizadas em uma barraca na praia.



Figura III-41 - Entrevista com capataz da comunidade



Figura III-42 - Comunidade de Quitérias.

Comunidade de Barrinha

Na comunidade de Barrinha, foi realizada uma conversa com alguns pescadores que estavam na praia e, também, com a capataz da comunidade, Sra. Audilene de Castro, que já havia sido contatada como representante da colônia.

Os presentes demonstraram insatisfação pelo não envolvimento das comunidades de pescadores no processo prévio de licenciamento ambiental. Reclamaram que foram contatados apenas depois de aprovada a licença. Os pescadores, também, reclamaram da reunião realizada na comunidade de Barrinha, já que primeiro, estavam presentes poucos representantes de outras comunidades de pescadores da região e, segundo, que a reunião apresentou pouca informação e dados técnicos.

Como há o receio de que esse estudo sísmico cause os mesmos impactos que foram causados pelo evento de 1998, os pescadores estão apreensivos sobre as perdas que terão e a redução no pescamento dos próximos anos. Eles alegam, ainda, que a atividade de estudo sísmico causa problemas na reprodução da lagosta, pois as ondas sísmicas causam a morte dos ovos e larvas das lagostas.

Outra informação importante que os pescadores compartilharam foi o fato do estudo de 98 ter causado a morte de um pescador e a surdez de outro (mergulhadores). Esse fato foi lembrado em algumas comunidades.

Em conversa com a Sra. Audilene, ela informou que a comunidade possui cerca de 200 pescadores, e que a pesca é a principal atividade na comunidade, mas além da pesca, também, existe a agricultura, com carteira assinada, para o cultivo do melão para uma empresa (Famosa Agrícola), e junto à prefeitura municipal.

Em relação às áreas de pesca utilizadas observa-se que elas formam um polígono entre a costa e o limite da área prevista para a realização da pesquisa sísmica, que tem sua extremidade sul na altura do município de Touros (RN) e a extremidade norte na altura do município de Paracuru (CE), como se pode ver no Mapa 12, no Anexo I-3. Observa-se que há uma coincidência em relação às áreas de pesca das comunidades de Barrinha, Vila Nova e Barreira de Cima, de forma que o mapa originalmente marcada em Barreira de Cima foi validada nas outras duas comunidades.

Na comunidade existe a figura do armador, mas alguns pescadores também possuem barcos. A comunidade possui muitas embarcações pequenas (paquetes e jangadas). Para os pescadores que não tem barco, a pesca é dividida meio a meio (metade para o dono do barco e metade para os pescadores). O pescado da lagosta é vendido todo para empresas que exportam o produto, já o peixe é vendido na praça da cidade (o Mercado de Peixe encontra-se fechado).

Para as etapas seguintes foi sugerido que as oficinas fossem realizadas na sala do Projeto de Corpo e Algas.



Figura III-43 - Entrevista com capataz da comunidade



Figura III-44 - Embarcações pesqueiras.

Comunidade de Retiro Grande

Em visita realizada na comunidade de Retiro Grande, no dia 20/12/2017, não foram encontrados os pescadores de referência indicados pela colônia, o Seu Dubinha, que é o Capataz da comunidade, e o Seu Miqueas, que é o líder comunitário de Retiro Grande. A comunidade é pequena e possui poucas embarcações. Não foram encontradas pessoas dispostas a darem entrevistas. Sendo assim, foram levantados os contatos telefônicos dessas duas lideranças, com a esposa do Seu Dubinha. As áreas de pesca utilizadas estão situadas entre a costa e o limite da área prevista para a realização da pesquisa sísmica, ver no Mapa 16, no Anexo I-3.

Comunidade de Ponta Grossa

No dia 20/12/2017 foi realizada visita a comunidade de Ponta Grossa, que possui cerca de 100 famílias vivendo da pesca, e em torno de 50 embarcações, todas a vela. Ponta Grossa junto com a comunidade da Redonda foram muito importantes na resistência da prática da pesca artesanal com manzuá na região e combateram a pesca com o uso de compressores.

O grupo de pescadores contatados achou positiva a vinda de um projeto que beneficie a comunidade, mas informou que os pescadores são muito ressabiados, pois já houveram outras promessas de implantação de projetos nas comunidades que não se concretizaram. Dessa forma, eles acreditam que essa será uma dificuldade junto aos pescadores, isto é, conseguir credibilidade de que o projeto proposto será implantado.

Sobre as dificuldades vividas pelos pescadores, eles citaram a diminuição do pescado, causado pela pesca predatória e falta de chuvas, e falaram também sobre o seguro defeso. Reclamaram que recebem apenas 5 meses e precisam ficar 6 meses parados, além de atrasos nos pagamentos (Em Icapuí só será dada entrada na documentação em janeiro de 2018). Outra reclamação sobre o seguro defeso foi a de que eles não podem desenvolver outras atividades legalmente no período de seguro defeso, e alegam que precisam complementar a renda (ou ter algum ganho, visto que o seguro sempre atrasa).

Além da pesca, citaram o turismo, a prefeitura e o marisco como alternativa para a pesca na comunidade, mas informaram que a pesca é a atividade mais comum em Ponta Grossa.

Pela característica da comunidade de embarcações pequenas, grande parte dos pescadores possuem sua embarcação, e não existe a figura do armador. Quando o pescador vai pescar em outra embarcação, ele leva o seu material de pesca e o que pescar e seu. Os peixes são vendidos nas barracas da comunidade (grande movimentação turística) e a lagosta é vendida para atravessadores que repassam o pescado para grandes empresas de exportação. Os pescadores informaram que grande parte das embarcações possuem rádios do tipo `cobrinha`, que possui um alcance pequeno.

As áreas de pesca utilizadas estão situadas entre a costa e o limite da área prevista para a realização da pesquisa, se assemelhando a área utilizada por outras comunidades, compõe um polígono com o extremo sul na altura do município de Porto do Mangue (RN) e o norte no município de Paracuru (CE), como se pode ver no Mapa 16, no Anexo I-3.

Para a realização de oficinas para discussão do projeto foi sugerido o estabelecimento de ensino local ou uma barraca da praia.



Figura III-45 - Conversa com membros da comunidade

Comunidade de Redonda

Em visita a comunidade da Redonda, no dia 20/12/2017, foi realizada conversa com o capataz local, Sr. Adailton (Preguinho), que foi a pessoa de referência indicada pela Colônia de Pescadores. A comunidade da Redonda é uma das maiores na região, e possui cerca de 600 pescadores, mas guarda a característica de utilizar, apenas, embarcações a pano.

Ao ser informado sobre o motive de nossa visita, o Preguinho informou que em 2012, também, houve uma atividade de estudo sísmico na região, que prejudicou muito os pescadores de lagosta. Segundo ele, nos anos que se seguiram foi observada uma diminuição na pesca da lagosta e, atualmente, eles precisam deslocar-se para a costa do Rio Grande do Norte para ir em busca das lagostas que já não encontram mais em frente à costa do Ceará. As áreas de pesca estão circunscritas a um polígono situado próximo a costa e que se estende do município de Icapuí até Areia Branca no Rio Grande do Norte, como se pode ver no Mapa 13, no **Anexo I-3**.

O Preguinho reclamou da falta de informações técnicas a respeito da Pesquisa Sísmica para os pescadores. Também, foi observado o medo dos impactos do estudo por falta de informações mais técnicas e precisas, além do histórico de impactos de outros estudos na região.

Sobre a realização de um projeto de compensação, ele informou que acha muito positiva a implantação de projetos que venham a melhorar a geração de renda na região, mas informou que em virtude de promessas não cumprida em outras oportunidades, os pescadores são muito desconfiados e descrentes.

O maior problema observado pelo Preguinho sobre a pesca e a falta de pescado, a diminuição da quantidade de lagosta encontrada. Ele atribui esse problema a pesca predatória (uso de rede e compressor) e o aumento do número de embarcações e pescadores na região, aumentando assim a competição. Também, alegou falta de oportunidades em outros tipos de trabalhos para a família dos pescadores.

O Peguinho disse que 99% das famílias da Redonda vivem da pesca, em alternativa a esta existe uma pequena atividade de turismo e cultivo de caju para comercialização. A agricultura de subsistência, também, é uma atividade importante na comunidade.

Não existe a figura do armador e, geralmente, as embarcações pertencem as famílias que dividem o seu uso. Os pescadores que não possuem embarcações e pescam de canto levam o seu material de pesca e ficam com o que pescar. A comercialização de peixes é efetuada localmente, nas barracas de praia e para os moradores da região. Já a lagosta é vendida para exportação.

Para realização das oficinas foram sugeridos como locais o estabelecimento de ensino ou a sede do sindicato de pescadores.



Figura III-46 - Entrevista com capataz da comunidade



Figura III-47 - Canoa entrando no mar.

Comunidade de Peroba (+ Picos)

Em Peroba o entrevistado foi o Sr. Alves Filho, capataz. A comunidade de Peroba possui cerca de 100 pescadores e 25 embarcações. O forte na comunidade é a pesca de lagosta, e dessa forma na época do defeso a maior parte dos pescadores fica sem atividade.

O Sr. Alves Filho informou que a maior dificuldade para os pescadores da comunidade de Peroba é a diminuição de lagosta encontrada, o que ele relaciona com a pesca ilegal, o uso de marambaia e do compressor. Segundo o entrevistado, com o aumento do número de embarcações, o número de pescadores e de adeptos da pesca ilegal de lagosta, os pescadores de lagosta registrados e que pescam de manzuá estão sendo cada vez mais prejudicados, capturando cada vez menos lagosta para a comercialização. Ainda, de acordo com o Sr. Alves Filho, um ou dois dias de pesca de marambaia + compressor equivale a temporada inteira de pesca de um pescador que utiliza manzuá (6 meses).

Ele alega que as comunidades de Barrinha e Tremembé são as comunidades que mais efetuam a pesca ilegal na região, e reclama que existe pouca fiscalização na costa, facilitando as práticas ilegais e a ação de intimidação dos pescadores de grandes embarcações que utilizam compressor, sobre os pescadores de pequenas embarcações que utilizam o manzuá.

Além da pesca, os moradores da comunidade costumam trabalhar na agricultura, principalmente, com o cultivo de caju (castanhas são comercializadas com atravessadores). A agricultura, também, se desenvolve para a subsistência das famílias, com o cultivo de feijão e milho.

Uma alternativa de geração de renda é o trabalho como diarista em casas de veraneio, exercido pelas esposas dos pescadores. Segundo o Sr. Alves Filho, essa tem sido uma boa alternativa para compensar as pescarias fracas da lagosta.

Comunidade de Vila Nova (+ Barreira de Baixo)

No dia 21/12/2017 foi realizada visita na comunidade de Vila Nova, e a entrevista foi feita com o "Irmão Fia" (Sr. Francisco Henrique Filho), que é o ex-capataz da comunidade. Ele informou que a comunidade de Barreira de Baixo está migrando para Vila Nova, que se situa em cima da falésia, pois o mar está avançando e destruindo as casas. A prefeitura executou uma obra de quebra-mar que está contendo esse avanço. Segundo o Irmão Fia, a comunidade possui 200 pescadores no total.

A pesca é a atividade que gera mais renda na comunidade, mas vem apresentando muitas dificuldades, principalmente, em virtude da pesca predatória e do aumento do número de embarcações e pescadores. O Irmão Fia, também, cita o acesso à praia como algo que dificulta a vida do pescador, pois a prefeitura construiu o quebra-mar, mas não construiu uma rampa para facilitar o acesso. Ele, também, reclama da falta de um barracão para os pescadores colocarem as suas embarcações e comercializarem seus pescados.

Além da pesca, os moradores da comunidade, também, trabalham na Famosa Agrícola, empresa que produz melão, e muitos vivem do Bolsa Família. Ele alega que há falta de oportunidade na região para quem não quer trabalhar com a pesca.

Na comunidade não existe a figura do armador, e a comunidade possui cerca de 15 embarcações. Os pescadores que pescam *de canto* ficam com 5% da pescaria, o mestre com 10% e o restante com o dono do barco. A lagosta é vendida para empresas que exportam, enquanto o peixe é vendido no mercado local. A pesca de lagosta na comunidade é realizada, geralmente, em uma profundidade de 21 braças.

Como apontado, em relação as áreas de pesca há uma coincidência entre as áreas indicadas em Barrinhas e Barreira de Cima. Assim o mapa indicado nesta última comunidade foi validada pelas demais, correspondendo ao mapa 12, no Anexo I-3.

Para a realização das oficinas foi sugerido a creche da comunidade ou o restaurante da Deca.



Figura III-48 - Entrevista com capataz da comunidade



Figura III-49 - Comunidade de Vila Nova.

Comunidade de Barreira de Cima

No dia 21/12/2017, foi visitada a comunidade de Barreira de Cima. A Capataz da comunidade não foi encontrada, Sra. Marleuza, mas foram encontrados alguns pescadores em frente à praia que foram interpelados pela equipe.

Eles informaram que costumam pescar a uma profundidade de no máximo 100 metros, e não passam para o lado de fora do “barranco”, como a maioria dos pescadores da região. O mapa indicando as áreas de pesca é coincidente com aquela apontada para Barrinha e em Vila Nova, sendo o mapa 12, apresentada no **Anexo I-3**.

Na comunidade de Barreira de Cima o barco, geralmente, pertence ao armador, que costumam ter cerca de 3 barcos. A pesca é dividida 5% para cada pescador, 10% para o mestre e 65% para o dono da embarcação.

O pescado é vendido toda para atravessadores, que segundo os pescadores, lucram muito em cima do trabalho dura e inseguro do pescador. Eles disseram que se conseguissem vender o pescado diretamente para o mercado consumidor, excluindo o atravessador, eles teriam um lucro muito maior.

Informaram, também, que já existiu uma cooperativa na região de Itapuí, mas em função de mal gerenciamento acabou falindo. Eles consideram que uma cooperativa para baratear o material de pesca e propiciar a venda direta do pescado seria interessante, mas são desconfiados se outra iniciativa desse tipo daria certo, visto que o controle ficaria nas mãos de alguns poucos.

Eles citaram, também, um projeto de compra de algas marinhas. Os moradores eram incentivados a colher as algas, secá-las e revendiam para um japonês, entretanto, algumas pessoas passaram a ir colher as algas nas rochas e essa exploração predatória não permitiu que as algas se renovassem causando a extinção delas. O projeto acabou.

Para as próximas etapas foi sugerido à a equipe que as oficinas fossem realizadas na Barraca da Ana Lucia.



Figura III-50 - Identificação das áreas de pesca, que coincidiram as comunidades de Barreirinha e Vila Nova.



Figura III-51 - Comunidade de Barreiras de Cima.

III.1.3.3 - Municípios Rio Grande do Norte

III.1.3.3.1 - Município de Porto do Mangue

III.1.3.3.1.1 - Instituições

Colônia de Pescadores Z-17

Em atuação direta com os pescadores do município, a Colônia Z-17 existe desde 1973 em Rio das Conchas (sede) e desenvolve um trabalho de orientação administrativa junto aos pescadores locais. Entre outros, o auxílio desemprego no período do defeso e o recolhimento do benefício para a aposentadoria. Por intermédio do seu presidente Francisco Hélio dos Santos, a Colônia atua também como um representante da classe do município, atuando junto a outros órgãos competentes à nível Estadual e Federal, quando necessário. Tem uma parceria com a Federação de Pesca do Rio Grande do Norte e teve uma parceria com a Petrobrás durante mais de 10 anos. A empresa promoveu regatas em toda região por muitos anos, tendo sido interrompida em 2016. Observa-se que a colônia também ganhou um prédio em 2006 em função de uma ação compensatória da Petrobrás.

Secretaria de Agricultura e Pesca do Município de Porto do Mangue

Atualmente, a secretaria atua conjuntamente com a Secretaria de Turismo e Meio-Ambiente, tendo como responsável interino o Secretário Francisco Flavio Felipe de Souza. Os trabalhos desenvolvidos pela secretaria são embrionários em sua maioria, pois apesar de existir há mais de

12 anos, poucos investimentos de parceria com o Estadual e Federal deram frutos à projetos com continuidade. Possui atuação no meio rural a partir do Projeto Garantia Safra, dentre outros.

Alguns projetos em parceria com universidades e ONG vêm sendo pensados, entre eles, o Parque Agrícola de Algas (Rosado e Pedra Grande) com a Universidade do Ceará, usando como exemplo um projeto já desenvolvido em Rio do Fogo, no formato de cooperativas, incluindo principalmente, jovens e mulheres que sofrem com a falta de trabalho e renda na região.

Possui vínculos institucionais com SEAP, SIEMA, órgãos Estaduais e Federais que atuam na área e a ONG Terra Mar, bem como vínculos com entidades de classe como as Associações de Moradores de Rosado e Pedra Grande, assim como a Colônia de Pescadores Z-17.

Associação de Moradores de Pedra Grande

A associação de moradores atua representando os pescadores da comunidade em atividades exteriores à Pedra Grande e está trabalhando em parceria com as pesquisadoras da Universidade Potiguar para implementação do Projeto Pesca Sustentável e Geração de Renda na comunidade.

III.1.3.4 - Outros Atores

Universidade Potiguar (UNP - Mossoró)

As pesquisadoras da Universidade Potiguar (UNP) Neuma Caroline Santos Pereira e Tenesse Andrade Nunes elaboraram o Projeto Pesca Sustentável e Geração de Renda para o Prêmio Santander Universidade Solidária 2015 e ganharam o financiamento. O projeto que deve receber 100 mil reais do banco, estima poder atender às famílias dessa comunidade, aumentando a melhoria de vida de mais de 170 moradores da Pedra Grande. O projeto conta com a construção de um poço para oferecer água potável para da localidade, para iniciar e viabilizar os outros desdobramentos visados, dentre eles o beneficiamento de pescado para aumento da renda das famílias.

Numa segunda etapa, está prevista a construção da sede, assim como a compra do material que servirá ao armazenamento do pescado. Numa continuidade desejada, o projeto contempla uma estruturação que permita a venda do pescado fresco diretamente para visitantes dessa comunidade, uma mini-estação de coleta de resíduos sólidos recicláveis, assim como cursos de formação sobre beneficiamento do pescado e orientações sobre o preço do peixe. A previsão é de um ganho de aproximadamente 60 mil reais em 2 anos, segundo estimativas. O terreno para

implementação do projeto foi doado pela família do seu Adelino, uma das fundadoras desse povoado. Os papéis estão sendo regularizados pela prefeitura de Porto do Mangue para que o projeto tenha andamento.

III.1.3.5 - Comunidades pesqueiras de Porto do Mangue

Rio de Conchas

Rio de Conchas é o porto situado no rio de mesmo nome na sede do município de Porto do Mangue. É o principal porto de embarque e desembarque de pescado da cidade, com uma grande concentração de barcos a motor, bateiras e jangadas. No rio atuam, também, pescadores de canoa e marisqueiras, mas a maior concentração é de barcos a motor com capacidade de até 6 pescadores, e que atuam na área da Pesquisa Sísmica.

É na sede municipal que funciona a Colônia de Pescadores Z-17 e diversas peixarias, responsáveis pela comercialização e atravessamento dos pescados de toda região. Muitos donos de peixaria são, também, armadores, chegando a possuir 5 a 6 barcos, trabalhando no regime de contrato ou participação na produção.

É o povoado com a maior concentração de pescadores do município, recebendo pescadores de outros povoados para o trabalho embarcado dos armadores locais. Segundo as informações obtidas no local, o trabalho na pesca é a maior fonte de empregos da cidade, com uma grande rotatividade de pescadores atuando nos barcos de particulares e armadores.

A sede da Colônia foi indicada como melhor local para as reuniões com pescadores e a Câmara de Vereadores apontada como um bom local para reuniões de ordenamento territorial. Segundo o Presidente da Colônia as oficinas e reuniões com pescadores funcionam bem na sede da Colônia, bem no centro da cidade e ao lado das principais peixarias.



Figura III-52 - Beira Mar no centro da Cidade, o desembarque é realizada nos fundos das peixarias



Figura III-53 - Rio das Conchas, área de embarque e desembarque a beira mar



Figura III-54 - Sala de Reuniões da Sede da Colônia Z-17

Segundo fontes locais, uma reunião para o processo de compensação desenvolvida com apoio da Colônia e da Secretaria responsável pela pesca pode ser suficiente para o processo participativo deste povoado. Importante que a sede abrigue também, as reuniões de Ordenamento Territorial, para uma maior articulação com as instituições e, possivelmente, com a participação dos principais armadores donos de barcos e peixarias.

Conforme apontado no Mapa 18, no Anexo I-3, (que também representa o panorama da comunidade de Rosado) a atividade costeira se concentra na parte mais rasa avançado até o limite da plataforma continental, adentrando a área onde está prevista a realização da pesquisa. Na parte mais rasa ocorre a pesca da lagosta e na mais profunda o foco da captura são peixes, com espinhel e arrasto Neste sentido a ocorrência de encontros entre as embarcações pesqueiras e aquelas envolvidas na pesquisa sísmica tendem a ocorrer no intervalo entre o limite da área e o limite da plataforma continental, ou como referido localmente na “beira do barranco”.

Rosado

Rosado é o segundo povoado mais importante do município, com uma concentração de barcos e pescadores da cidade. São barcos a motor, bateras e muitas jangadas, e com muitos moradores pescando, também, embarcados na frota da sede. Segundo referências locais, são mais de 100 pescadores, sendo a pesca a principal fonte de renda das famílias.

Apesar de Rosado ser um assentamento rural criado pelo INCRA, a produção rural não é significativa na parte litorânea, com um maior número de produtores rurais nos povoados mais ao interior do assentamento. Por oposição, a pesca é a atividade predominante das famílias residentes no litoral. No total foram apontados um quantitativo de 27 barcos, entre grandes (a motor) e pequenos, jangadas e bateras.

A pesca é dividida entre a lagosta, mais executada pelas jangadas, e a pesca de linha, armadilhas e rede, realizada pelos barcos a motor. Do “barranco” para fora são realizadas a pesca de linha e rede de arrasto por todos os barcos, principalmente, na época do defeso (como se pode ver no Mapa 18, no Anexo I-3, que é referente tanto a esta comunidade como Rio das Conchas.). Como a profundidade do embarque e desembarque não é muito grande, existe uma maioria de jangadas no povoado, e alguns barcos de motor operam embarque e desembarque na sede do município em algumas ocasiões.

Existem dois locais realizar oficinas no povoado, a sede da Associação do Assentamento, ou na sede do IDEMA, que mantém uma Unidade de Conservação nos limites do Rosado. Havendo reuniões de ordenamento territorial na sede de Porto do Mangue algumas famílias donas de barco e “rancheiros” (pequenos atravessadores locais) se interessariam em participar.



Figura III-55 - Perfil da Ocupação a Beira Mar no Rosado

Pedra Grande

Apesar de se constituir como um dos menores povoados de pescadores de toda a região, a Pedra Grande é um importante núcleo de pescadores tradicionais, com famílias vivendo da pesca em jangadas há diversas gerações. O povoado tem se transformado em um local de plena expansão de veraneio de cidades grandes da região, como Areia Branca e Mossoró.

A pesca tem uma tradição na lagosta, no entanto, como as famílias pescam de nado livre, são apenas dois meses do ano que apresentam produção rentável, logo após o fim do defeso. Fora deste período a concentração de pesca ocorre em toda a Plataforma Continental até o “barranco” área da Pesquisa Sísmica, quando as famílias buscam pesqueiros mais promissores para a pesca de linha e rede (como se pode ver no Mapa 19, no Anexo I-3). A região de embarque e desembarque é na beira da praia, com grande ocorrência de ventos e maré, sem a possibilidade de embarque e desembarque de barcos a motor maiores, apenas jangadas.

A compensação neste povoado é importante, pois a pesca é a única fonte de renda das duas principais famílias locais, envolvendo todos os núcleos familiares. Observa que é possível congrega todo povoado em uma sessão de oficina. Observa-se que os pescadores locais se dispuseram a enviar representante para reuniões de ordenamento territorial na sede do município.



Figura III-56 - Casas dos pescadores ao fundo do povoado



Figura III-57 - Ocupação de Veraneio a beira mar

III.1.4 - Município de Areia Branca

III.1.4.1 - Instituições

Colônia de Pescadores Z-33 (Ponta do Mel e Areia Branca - sede)

No passado existiam duas colônias de pesca, uma na sede e outra na Ponta do Mel. Contudo em 1994 houve uma fusão e a instituição resultante passou representar pescadores de todo o município. A Colônia trabalha em todos os trâmites administrativos referentes aos pescadores, tendo representação política dentro e fora do município, por vezes alcançando as esferas estaduais e federais para representar a classe. O presidente atual é o Francisco Antônio Bezerra (Chicão).

A Associação de Agricultura de Ponta do Mel foi citada na entrevista pelo presidente da colônia de pescadores, mas não se obteve contato com nenhum membro.

Associação de Desenvolvimento Comunitário - ADESC (São Cristóvão)

Em uma entrevista com dois pescadores da comunidade de São Cristóvão (Francisco de Assis Silva e Antônio Honorato Fernandez - Neném e Honorato), foi descrita a existência da associação da qual eles fizeram parte entre 2005 a 2011. Desde sua fundação há mais ou menos 30 anos, a associação tem como foco a melhora das condições de vida dos pescadores e suas famílias. A associação chegou a ter uma fábrica de gelo para baratear o custo para os pescadores associados, mas devido a questões financeiras não puderam manter o empreendimento. Atualmente a presidente da instituição chama-se Ângela.

Conselho Comunitário Povoador do Arraial (Arraial e Baixa Grande)

A associação existe desde 1997 e se interessa pelas questões de pesca e das famílias das duas comunidades de Arraial e Baixa Grande, os pescadores pescam no mar e trabalham na barragem da NOSAL (salina). A maior preocupação da associação é com a salina que apesar de dar subsistência para algumas famílias, acaba sendo poluidora dessa região. Eles estão procurando formar um grupo com as marisqueiras das duas comunidades. A atual presidente é Luzimar Rodrigues Evangelista.

Secretaria de Agricultura, Pesca, Abastecimento e Recursos Hídricos (Areia Branca)

O atual secretário André Luís Monteiro Faria atua na secretaria desde março de 2017. Antes não havia uma secretaria para esses fins, mas uma gerência que existe há mais de 90 anos. Atua em parceria com as entidades de classe para a melhora das atividades na área de pesca. Por exemplo, foi a partir da parceria com a Colônia de Pescadores para estabelecer uma via de comunicação, que se deu início ao cadastro dos pescadores que atuam no município de Areia Branca. A secretaria, também, estabeleceu parcerias a nível estadual e federal, em relação a pesca.

Agência Capitania dos Portos de Areia Branca - Rio Grande do Norte (Areia Branca)

A Capitania dos Portos de Areia Branca fará 100 anos dia 20 de fevereiro desse ano. Antes pertencia à Mossoró, pois Areia Branca emancipou-se há somente há 90 anos. Sua área de atuação é com a salva guarda da vida humana, segurança do tráfego, prevenção e poluição hídrica. Na prática, atua fiscalizando o mar (embarcação e profissionais) e formando pessoas (ensino profissional marítimo com pescadores, mas também atuam com atividades para amadores).

Sua área de abrangência vai de Tibau até Macau (não incluso neste trabalho). O Capitão Tenente Pedro Guedes da Silva é o atual comandante da Capitania.

III.1.4.2 - Outros Atores

Associação Desportiva Ponta do Mel - ASDPM (Ponta do Mel)

Associação desportiva criada a partir de uma compensação de PCAP há mais ou menos 16 anos. Devido ao empenho local por busca de financiamento, esse é um dos poucos projetos locais que conseguiu ter continuidade ao longo do tempo, independente dos governos que já passaram por ali.

Associação ARSERFE - Arte de ser feliz (Redonda)

Associação sem fins lucrativos voltada para a formação de crianças, jovens e adultos. Existe desde 2013 com financiamentos pontuais de empresas locais e instituições locais (SUSLUM, VOLTALIA, NEW ENERGY, Igreja Católica e Prefeitura), além da contribuição da própria comunidade em eventos para arrecadação de fundos.

Rádio FM Costa Branca (Areia Branca)

Rádio que funciona na sede municipal de Areia Branca. Quando as comunidades querem divulgar um evento utiliza-se gratuitamente os serviços dessa rádio.

AUA - Associação Universitária Areibranquense (Areia Branca)

A associação é uma organização civil sem fins lucrativos que tem suas origens no ano de 1986. Foi fundada com a missão de promover atividades culturais e intelectual, assim como apoiar a classe estudantil da região.

III.1.4.3 - Comunidades Pesqueiras de Areia Branca

Ponta do Mel (+ Redonda, + Morro Pintado + Upanema, + Barra Grande e Arraial)

Ponta do Mel é um povoado nos limites entre Areia Branca e Porto do Mangue e que tem na pesca a atividade central da economia das famílias locais. Por ser um povoado litorâneo, em uma região que vem avançando as atividades turísticas e de veraneio, a dependência de atividades marinhas é grande entre os habitantes locais, tanto que a Colônia de Pescadores Z-33 tem uma representação e escritório no local, mantendo seu funcionamento com regularidade.

O embarque e o desembarque em Ponta do Mel não contam com uma estrutura portuária que facilite a atracação das embarcações. Apesar disso, são muitos barcos a motor, jangadas e bateiras no povoado, com mais de 100 pessoas envolvidas diariamente na pesca.

São realizadas a pesca de lagosta, na parte mais próxima à costa, e os pescados maiores na área do “barranco”, próximo a região da Pesquisa Sísmica. Como se pode observar no Mapa 20, no **Anexo I-3**.

A sede da Colônia é um local de referência para reuniões com os pescadores locais, e a mobilização pode ser realizada em parceria com o seu presidente. Havendo reunião de ordenamento territorial, a sede da Colônia em Ponta do Mel poderia concentrar os povoados locais. Além disso, pode comportar as oficinas previstas para a segunda etapa do trabalho.



Figura III-58 - Barracas na praia de Ponta do Mel, próximas a área de apoitamento dos barcos.



Figura III-59 - Ocupação de casas a beira mar.

São Cristóvão

São Cristóvão é o segundo povoado com o maior número de barcos a motor e pescadores de Areia Branca, com uma forte tradição de pesca de lagosta realizada por pescadores artesanais e familiares e um desenvolvimento de pesca em barcos maiores, seja para a pesca de lagostas, como também de outros pescados em grandes armadilhas, linha, redes e arrasto, muito realizado no “barranco”. Como nas outras comunidades potiguares, a pesca da lagosta se concentra nas partes rasas e a captura de peixes pode ocorrer nos limites da plataforma continental, como se vê no mapa náutica 21, no Anexo I-3. Observa-se que São Cristóvão é um povoado, onde encontra-se em expansão as atividades de veraneio e turismo, com novos loteamentos sendo abertos e uma costa de praia atraente, com barracas a beira mar e pequenas pousadas sendo instaladas. As atividades voltadas para o mar estão em crescimento, como a pesca e o lazer a beira mar.

Os pescadores locais mantêm uma pequena associação comunitária e também são associados à Colônia Z-33. A associação local apresenta interesse em organizar a atividade pesqueira, buscando colocar novamente em operação uma fábrica de gelo e estruturar um quebra-mar para facilitar operações de embarque e desembarque, hoje realizada distante da praia e dificultada em períodos de maré baixa, quando se estende uma longa faixa de areia e muitos barcos ficam presos aguardando novas marés altas.

Segundo indicações locais as oficinas podem acontecer em Ponta do Mel, facilitando a participação dos pescadores de São Cristóvão e redondezas.



Figura III-60 - Barco de pesca em armadilhas de cóvo (mazuá).



Figura III-61 - Barcos presos na maré baixa na beira da praia



Figura III-62 - Construção de Barco de Atum em São Cristóvão.



Figura III-63 - Fenda do Biquíni, área de visitação turística em São Cristóvão

Areia Branca (sede municipal)

O porto de Areia Branca, no rio Apodi, centro da cidade, é o principal porto de embarque e desembarque dessa região do Rio Grande do Norte, com diversas atividades sendo realizadas, como a pesca do atum, da lagosta, de pescados diversos, de distribuição de produção de sal e sua estrutura, e da Capitania dos Portos da região. Por ser um porto abrigado no rio e por ter facilidade de embarque e desembarque, muitos barcos de povoados do entorno, seja de Areia Branca (São Cristóvão e Ponta do Mel) e de Grossos (Pernambuquinho), utilizam este porto por haver facilidade para o abastecimento de água potável, gelo, compras e descarga de produção pesqueira.

Em Areia Branca está a maior concentração de pescadores dos municípios da Área de Influência da Pesquisa Sísmica no Rio Grande do Norte, sejam embarcados na pesca de atum, na lagosta e nos barcos pesqueiros de arrasto, linha, redes e armadilhas. São muitas famílias do município que atuam nas pescas organizadas neste porto e são, também, muitas empresas atravessadoras dos diversos pescados desembarcados localmente, com algumas responsáveis por comércios interestaduais e internacionais de lagosta e atum.

São muitos os armadores da pesca de atum, muitos deles donos de peixarias e atravessadores. E também muitos particulares com barcos de atum ou de outros pescados, a maioria realizados na região, ou atravessando, a área da Pesquisa Sísmica.

Observa-se que a pesca de atum não se enquadra como pesca artesanal, não sendo público do PCAP. Contudo as reuniões de ordenamento territorial, na sede do município, deverão contar com a presença deste público.

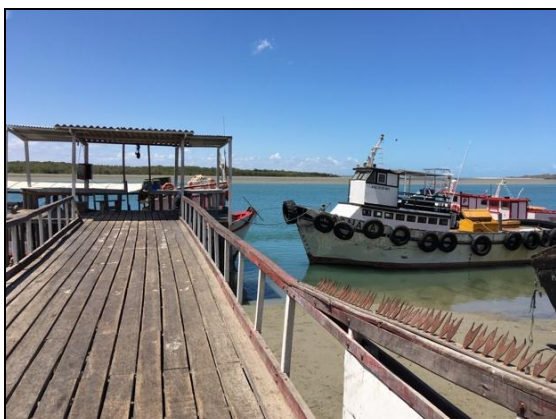


Figura III-64 - Pier de embarque e desembarque do Rio Apodi.



Figura III-65 - Visão da área de embarque do Rio Apodi e do porto da Balsa de travessia para Grossos.



Figura III-66 - Avenida a beira do cais com galpões de peixaria, da Colônia e de apoio pesca.



Figura III-67 - Movimentação da produção de sal entre Areia Branca, Grossos e o Porto Ilha.

III.1.5 - Município de Grossos

III.1.5.1 - Instituições

Colônia dos Pescadores Z-38 (Grossos)

A Colônia de Pescadores Z-38 foi fundada em outubro de 1998 e no princípio contava com 82 pescadores. Atualmente, conta com 280 pescadores registrados, mas estima que existam em Grossos, cerca de 500 a 600 pescadores e marisqueiras no total. Trabalha no sentido de facilitar a vida dos associados em tudo que concerne o administrativo, assim como representa a classe em eventos políticos e parcerias com o público e o privado. Seu atual presidente é José Maria Galdino (o Barrinha).

Secretaria de Agricultura e Pesca (Grossos)

A Secretaria de Agricultura e Pesca foi instituída em 2014, constituindo-se anteriormente em uma gerência que coordenava as ações. Entre as atividades desenvolvidas pela secretaria podem ser citadas: suporte aos agricultores (sementes, dragagem de terras), administrativo referente aos trabalhadores (carteira de agricultor e pescador), Garantia SAFRA, registro do rebanho (vacinação), DAPS, encaminhamento Banco Nordeste, relatório de aptidão e laudos das sementes. A secretaria não conta com muitos recursos para investir no setor, mas desenvolve parcerias público e privadas para estimular o desenvolvimento de projetos para o município. Seu atual secretário é Magnos Elias.

Associação Comunitária de Pernambucoquinho (Pernambuquinho)

A associação teve como presidente Alberto e no período que estava ativa conseguiu arrecadar fundos para a compra de barcos e freezer. Depois de um problema no caixa da associação, ela ficou inativa. Atualmente, Maria Margarete da Silva Pinheiro é a presidente (para todos os efeitos administrativos). Ela é também secretária da Colônia de Pescadores Z-38.

Associação de Mulheres Pescadoras e Artesãs do Município de Grossos (Pernambuquinho)

A Associação das Marisqueiras, como é conhecida, funciona administrativamente desde 2007, antes disso as marisqueiras trabalhavam individualmente. A ONG Terra Viva ajudou na organização do grupo em 2004. O prédio da associação foi doado numa parceria da Terra Viva com uma ONG da Suíça. Trabalham com a pesca de búzios majoritariamente, mas também com tainha e siri. A UFESA já fez um trabalho com elas e ainda as acompanha, assim como a

Cooperativa Xique-Xique, com quem elas têm parceria. Navegante Maria dos Santos Mendonça é ex-presidente e liderança local, mas a atual presidente é Jéssica Luiza dos Santos Mendonça, sua filha.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Pesca (Grossos)

Atualmente, existem dois sindicatos dos trabalhadores rurais e pesca. Como os pescadores não se sentiam representados pelo outro sindicato, colônia e algumas outras entidades ligadas à agricultura e pesca apoiaram a criação de um novo sindicato, que foi fundado em dezembro de 2017.

Associação Comunitária de Valença (Córrego e Valença)

A associação existe desde 1993 e Cicero Francisco da Silva foi seu presidente no início, assim como em outros momentos da instituição. Atualmente, embora não eleito, continua atuando em nome da associação, pois, não houve nova eleição para o cargo. A missão da Associação é de apoiar as famílias dos pescadores e estes, de forma indireta.

III.1.5.2 - Comunidades Pesqueiras de Grossos

Pernambuquinho (+ Algamar, + Areias Alvas)

A Vila de Pernambuquinho é um importante ponto pesqueiro da região costeira entre Grossos e Tibau. Como é a melhor área de apoitamento de barcos a motor entre o rio Apodi e o limite com a divisa com o Ceará, muitos pescadores e donos de barco mantem suas atividades em Pernambuquinho, aumentando a relação deste povoado com outras localidades do entorno. Dessa forma, o número estimado de pescadores atuando na vila é maior do que aquele registrado junto a Colônia de Grossos.

As principais modalidades de pesca em Pernambuquinho é a pesca da lagosta e a pesca de linha em barcos a motores. Ambas se desenvolvem entre a Plataforma Continental e o “barranco” (ver Mapa 24, no Anexo I-3). A pesca a motor é a que envolve pescadores de outras regiões, que mantêm seus barcos na praia ou embarcam nos barcos de proprietários locais. Desde o Tibau são diversos os donos de barco e pescadores que atuam na região.

Como o processo de embarque e desembarque é mais difícil em Pernambuquinho, muitos preparam o “rancho” no porto de Areia branca, com acesso a mercados, gelo e água potável mais

fácil. Isso faz com que a relação comercial entre as cidades seja mais dinâmica, havendo um dinamismo também em relação aos empregos entre barcos e modalidades de pesca.

As oficinas, como apontam no local, em Pernambucoquinho podem ser realizadas na sede da associação local, atual sede da Colônia Z-38. A sede é, também um dos melhores locais para reuniões de ordenamento territorial de Tibau, por concentrar, uma maioria de pescadores do município. Importante que o processo de compensação garanta o acesso dos pescadores de outras vilas e que não mantém famílias residentes em Pernambucoquinho.



Figura III-68 - Sede da Associação Comunitária e de Pescadores da Praia de Pernambucoquinho, atual sede da Colônia Z-38.



Figura III-69 - Área de apoitamento dos barcos em Pernambucoquinho.



Figura III-70 - Construção de Barco de Atum a beira mar.



Figura III-71 - Peixaria e comércio local, em expansão.

III.1.6 - Município de Tibau

III.1.6.1 - Instituições

Colônia de Pescadores Z-18 - Manuel Jesus do Nascimento

A Colônia foi fundada em 1974 e atuava em boa parte da região, entre o Ceará e Grossos. Atualmente, representa os pescadores e marisqueiras do município que já chegou a 488 associados. Hoje, possui apenas 220 membros inscritos, sendo 100 pescadores e 120 marisqueiras. Trabalha nas duas praias do município, Emanoela e Gado Bravo, assim como com Tibau (centro). A associação funciona atualmente na casa da sua presidente, pois não possui sede própria, Maria do Rosário de Souza, presidente da colônia desde 1994.

Secretaria de Agricultura e Pesca (Tibau)

O atual secretário não estava disponível para a entrevista no período dos levantamentos de campo.

III.1.6.2 - Comunidades Pesqueiras de Tibau

Tibau - Sede (+ Emanuelas, + Gado Bravo)

Como não existe um povoado que a pesca seja a principal atividade econômica das famílias, os pescadores de Tibau estão dispersos pelo município, com uma maior concentração na sede.

A pesca tem maior concentração entre jangadas e bateiras, envolvendo pescadores artesanais e familiares. Já a pesca em barcos a motor, são de pequenos proprietários e armadores donos de peixarias, que trabalham com pescadores embarcados em regime de produção e porcentagem.

Dessa forma, as oficinas serão realizadas na sede, tratando o município como uma única comunidade. Prevê-se também para este local as reuniões de ordenamento territorial, envolvendo Colônia, prefeitura e proprietários de barcos, poderia atender aos pescadores locais. Observa-se que a região está em pleno crescimento turístico e de veraneio.

Em relação às áreas de pesca (Mapa 28, no Anexo I-3), mante-se o padrão de pesca de lagosta nas proximidades da costa e captura de peixe nos limites da plataforma continental.



Figura III-72 - Região costeira de Tibau (sede), área de embarque e desembarque.

IV. ANÁLISE DE TEMAS LEVANTADOS

Como se pode observar nos relatos obtidos durante a campanha alguns temas são relativamente recorrentes em vários municípios de comunidades. Neste sentido, é relevante apresentar uma reflexão sobre este conjunto de temas, na medida em que apresentam destacada importância para o público-alvo e conseqüentemente para o desenvolvimento do trabalho com este público.

IV.1 - A DESUNIÃO DOS PESCADORES

Em muitos dos relatos foi identificada a afirmativa de que os pescadores, enquanto categoria, são desunidos. A princípio é importante para a compreensão deste tema identificar com maior precisão a categoria desunião, da maneira como é acionada nos relatos, assim foi observado o contexto da sua utilização. Nota-se que o termo foi utilizado basicamente em duas situações, para justificar a falta de reação da categoria frente a alguma ação que supostamente a prejudicaria ou para indicar que os projetos coletivos, inseridos neste PCAP, não funcionariam na medida em que necessitariam de trabalho em conjunto de pescadores.

Por oposição, observa-se que a pesca enquanto atividade produtiva prescinde a participação e um determinado nível de compartilhamento entre conjuntos de atores sociais. Quando se opera com tripulações (embarcadas) a necessidade de cooperação entre os atores envolvidos é muito clara. Sem este trabalho coletivo a empreitada da pesca não poderia ocorrer. Mesmo quando a empreitada é individual ou restrita a um grupo doméstico pressupõe-se o relacionamento ou articulação com outros atores, seja para a venda do pescado, aquisição de material ou equipamento. Para além das etapas na cadeia produtiva, os próprios saberes para a realização da

atividade têm origem no conhecimento tradicional compartilhado nas comunidades ou grupos domésticos.

Além da união e compartilhamento necessário para a própria reprodução social da atividade, observa-se que em momentos específicos da história local ocorreu a mobilização dos pescadores em torno do que fora considerado como ameaça comum a todos. Este tipo de ocorrência registrou-se no desentendimento com o kitesurf e, em especial, no evento determinado como a “a Guerra da Lagosta”. No entanto, nem as todas as *ameaças* externas são capazes de mobilizar e articular os pescadores locais, considerando a permanência de ameaças como a pesca predatória.

O desafio que se impõe à continuidade do PCAP, com a realização de oficinas de DRP e discussão de projeto, é a mobilização do público em torno de um benefício, não de uma “ameaça”. Além disso, as ações para realização dos projetos, se distanciam da realidade cotidiana da pesca, onde se opera em regime de cooperação. Considerando este aspecto, no planejamento da oficina serão revistos os espaços e as dinâmicas previstas, buscando formas de aproximação com o público-alvo. Da mesma forma vai buscar uma abordagem que aponte os momentos e situações onde os pescadores demonstram ter união e capacidade de operar em conjunto. Tal abordagem apontará ações específicas nas comunidades onde há registro e ações em conjunto, na pesca ou mobilização e mais gerais, onde for mais recorrente a pesca individual.

IV.2 - AÇÕES DA PETROBRÁS

Nos levantamentos de campo vários atores apontaram, a maior parte de forma elogiosa, os projetos realizados pela Petrobrás. Claramente houveram questionamentos sobre a possibilidade de continuidade destes projetos. Estima-se que estas questões reapareçam nas oficinas, cabendo discutir com o público sobre a abrangência destes projetos, a percepção de outras comunidades potencialmente envolvidas e o retorno esperado.

No entanto o que pode contribuir mais para a realização do PCAP, que se propõe, não é a realização ou continuidade dos projetos especificamente, mas avaliar a própria experiência de sua realização, que reverteu de modo positivo na perspectiva as comunidades e instituições. Ao invés de buscar a sua reprodução ou continuidade, que podem até apresentar resultados não esperados, deve-se, para o planejamento das oficinas, levantar a sistemática de formulação e implantação dos projetos, de modo a buscar os elementos que proporcionaram resultados exitosos, bem como aprender com as experiências e ações que não tiveram resultado positivo.

Observa-se que nas oficinas todos os projetos serão avaliados considerados os seguintes critérios:

- Projetos devem ter caráter coletivo;
- Não devem ser atribuições do Estado/Poder Público; e
- Devem ser sustentáveis.

Soma-se a estes critérios não desenvolver projetos que representem um aumento da pressão sobre os recursos pesqueiros.

Entre os projetos apontados como bem sucedidos, segundo a percepção local, encontram-se a regata de embarcações e o subsídio para combustível. Nota-se que em ambos os casos não há inserção uma rotina muito diferente daquela com a qual os pescadores já operam.

No primeiro projeto, há uma mudança da intencionalidade do deslocamento com embarcação. Ao invés de se buscar por pesqueiros, almeja-se uma velocidade superior aos concorrentes. Apesar disso, a atividade não exige a obtenção de novos conhecimentos, sendo o suficiente aqueles que o pescador já detém, de modo mais ou menos compartilhado com o grupo. Partindo do princípio que a conquista ou o bom desempenho na regata sejam depositários de prestígio, pode-se afirmar que a atividade acaba por reconfigurar este saber (condução de embarcação) trazendo sobre ele uma nova valorização, que transpõe o grupo ou a comunidade de pescadores, podendo atingir o contexto municipal ou regional. Contudo cabe discutir com o público o que se considera como prioritário, dadas as outras questões que interferem sobre a pesca como a segurança ou a redução dos rendimentos com a atividade.

No segundo projeto, o subsídio para aquisição de combustível, praticamente não há ação nova por parte do pescador. Cabe salientar que nas situações onde o armador é responsável pelo combustível, se insere a necessidade de repactuação da distribuição e organização produtiva tradicional da empreitada da pesca. Caso contrário, o benefício não alcança o pescador artesanal, sendo repassado para o proprietário da embarcação. Por outro lado, cabe avaliar em que medida o subsídio sobre o combustível pode implicar em um aumento da pressão sobre o recurso pesqueiro.

IV.3 - PRESSÃO SOBRE RECURSOS PESQUEIROS

O critério de não desenvolver projetos que revertam em um aumento da pressão sobre os recursos pesqueiros se aplica especialmente para esta região. Segundo os relatos obtidos atualmente há grande competição pela pesca da lagosta. Pescadores das comunidades, que atuam neste tipo de pesca, apontaram que o “uso das marambais com utilização do compressor” somado “ao aumento do volume de embarcações atuando na região” e a pesca feita por embarcações maiores tem resultado na redução da oferta do recurso, o implica em redução no rendimento produtivo da atividade pesqueira, podendo dificultar a reprodução social da atividade e o modo de vida a ela associado.

A competição e pressão sobre o recurso pesqueiro, notadamente carcinofauna, culminou na “guerra da lagosta”, quando ocorreram atentados contra embarcações e homicídios (nos relatos não ficou claro se foram dolosos ou culposos). Embora seja vívido na memória do pescador não se tem elementos para afirmar se há tendência ou possibilidade de ocorrência de um conflito socioambiental desta magnitude, mas a sua própria ocorrência é um indício da significância da atividade da pesca da lagosta no modo de vida local.

Nos relatos obtidos na campanha, os eventos ocorreram entre 2009 e 2014. No entanto, existem registros da ocorrência desde o final da década de 1980, com a ocorrência de mortes relacionadas com o conflito em 1989 e 1992 (Rodrigues, 2013). Segundo Rodrigues (2013), o conflito envolveu instituições (IBAMA, capitania dos Portos, Polícia Federal), mas os atores no cerne do conflito socioambiental eram pescadores que utilizam petrechos ilegais com grande capacidade de captura e outros pescadores que consideram o uso destes petrechos como risco a reprodução e manutenção da pesca da lagosta. Observa-se que estes últimos, afirmando que a fiscalização não era o suficiente, resolveram coibir a atividade dos primeiros, resultando no conflito. Ainda hoje esses pescadores se referem aqueles que utilizam os petrechos ilegais como “clandestinos”.

Embora este conjunto de dados possa dar a dimensão do valor social e econômico da pesca da lagosta, bem como das dificuldades enfrentadas pelos pescadores, para a discussão nas oficinas, ressalta-se a necessidade de estabelecer grupos de discussão de ordenamento territorial que possam atuar sobre estes conflitos, antes que culminem em confrontos.

Observando estas características coloca-se como elementos para à discussão nas reuniões de ordenamento territorial publicações da FAO que podem contribuir para o desenvolvimento e estímulo a práticas de menor pressão sobre o ecossistema e o recurso pesqueiro. A princípio serão avaliadas as seguintes publicações.

- Aplicação prática da abordagem ecossistêmica às pescas
- Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável no Contexto da Segurança Alimentar e da Erradicação da Pobreza
- Avaliação de meio termo do projeto Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande (BIG)

Além da pesca predatória, em alguns relatos foram atribuídos à pesquisa sísmica a ocorrência de impactos sobre o recurso pesqueiro (mais especificamente ictiofauna). Apesar da ocorrência de pesquisas similares na região atualmente e recentemente, nas falas dos atores contatados deve especial destaque uma pesquisa ocorrida em 1998. Embora não soubessem precisar a empresa ou companhia responsável, os relatos apresentavam elementos comuns na descrição da atividade, são eles:

- Era possível avistar a embarcação da costa
- Foi feito uso de explosivos
- Houve grande redução na quantidade de peixes

Embora as pesquisas, em curso atualmente, não apresentem tais características, como apontam alguns dos entrevistados, ainda persiste a expectativa criada a partir da experiência empírica e traumática com a pesquisa relatada. Ao se fazer referência a pesquisa sísmica associa-se ao evento de 1998 e não aquelas mais recentes. Entende-se que apesar de discussões e argumentos, tem-se muita desconfiança em relação a pesquisa sísmica. Somente no relacionamento cotidiano com a realização de pesquisas na região, pode-se mudar tal perspectiva. Mesmo para os pescadores que apontam que a pesquisa afugenta ictiofauna é difícil precisar se as alterações na oferta de pescado estão relacionadas com a sísmica ou com a pesca predatória.

IV.4 - A REPRODUÇÃO SOCIAL DA ATIVIDADE

Observa-se que a bibliografia Monteiro *et al* (2010), Silva (2012), Longa Romero (2018), Ramalho (2015) e Martins *et al* (2015) e os relatos obtidos em campo são uníssonos em relação à possibilidade da interrupção da reprodução social da pesca. O mais forte indicio nas falas e nos textos se referem à redução do arregimento de novos pescadores. A pesca é por excelência uma atividade relacionada com laços comunitários e mais ainda com laços de parentesco,

“(...) é por meio desse elo familiar que se passa a reprodução e reconstrução do conhecimento pesqueiro comunitário (...) O saber-fazer pesqueiro e o conhecimento sobre as dinâmicas ecológicas são adquiridos quando se olha, escuta, faz e repete o que ensinam, dizem e executam os mais velhos (...)”(Ramalho. Melo, 2015).

Ou como ponta Câmara Cascudo (apud Ramalho. Melo, 2015) “o jangadeiro é filho de jangadeiro.”

Nos relatos se coloca de forma recorrente que os filhos não desejam seguir a profissão dos pais. Nota-se, também nos relatos, que a recusa não parte somente dos filhos, mas que vários entrevistados apontam que não gostariam que os filhos se tornassem pescadores. Assim, tem-se, por um lado, o filho que recusa a pesca como seu projeto de trajetória individual e por outro, a retirada da pesca como projeto doméstico. Em ambas as situações, talvez com ênfase maior na segunda, há um risco da reprodução social da atividade. A pesca, na ótica individual ou doméstica, aparece como atividade de baixo valor, tanto em relação a renda como em termos de prestígio.

Ramalho e Melo (2015) apontam que a recusa dos mais novos a inserção na atividade por estar ligada a dois fenômenos. Em primeiro ao aumento do acesso à educação formal. Aponta-se que no passado a escolha pela atividade pesqueira estava relacionada a falta de oportunidades de estudar. Assim, a única atividade com qualificação acessível (a partir do conhecimento dos pais ou pessoas mais velhas da comunidade) para o público masculino era a pesca. Com o aumento da oferta de ensino criou-se outra possibilidade ou alternativa. Somado a isso, os autores apontam que (na costa da Paraíba) houve uma redução no volume de pescado em relação a década de 1980, o que repercutiu no resultado econômico da atividade e em sua capacidade de prover a segurança alimentar. Então o aumento da oferta de outras possibilidades, associado à redução dos ganhos motivou a recusa dos jovens em seguir na pesca. Em Icapuí foram ouvidos relatos de

migração da atividade pesqueira para a agricultura, que também teria a possibilidade de fornecer trabalho aqueles que não apresentam muitos anos de estudo na educação formal.

Em alguns dos contatos em campo, quando se discutia o objetivo da construção coletiva de projetos, os contatados questionavam sobre a possibilidade de realizar projetos fora da atividade pesqueira. Foi colocado como demanda a implantação de atividades geradoras de renda alternativa à pesca. Inclusive colocou-se que o projeto não deveria depender exclusivamente da pesca.

Observa-se que em termos de renda e segurança alimentar o PCAP, onde se insere este diagnóstico, considera o grupo doméstico e a importância da satisfação de suas necessidades para sua reprodução social. No entanto, em termos de prioridade, dados os impactos projetados sobre a pesca artesanal, pretende-se investir em ações que contribuam para a continuidade da atividade sem contudo aumentar seu potencial de interferência sobre os recursos pesqueiros. O que será observado nas discussões previstas para as oficinas.

Ainda em termos de valorização e resposta econômica da atividade pesqueira, as equipes em campo ouviram em mais de uma oportunidade relatos sobre alterações no pagamento do defeso da Lagosta. Segundo os pescadores, pagava-se o defeso por seis meses e recentemente este pagamento ficou restrito a cinco meses (embora a proibição se mantenha por seis meses). Esta ação, segundo a perspectiva local tem dois efeitos que contribuem negativamente para a continuidade da pesca. O primeiro e mais claro é a redução na renda do pescador, que não pode procurar outro emprego no período sobre o risco de perder a carteira de pesca e o direito ao defeso. O segundo, consequência do primeiro, é o aumento da atuação de pescadores no período reprodutivo da espécie, prejudicando o estoque pesqueiro e reduzindo a renda no futuro.

Somado a pressão sobre o recurso pesqueiro, a redução de resultado econômico da pesca e a redução do defeso da lagosta, inclui-se como fator que desestimula a prática da atividade os riscos aos quais o pescador está submetido. Segundo os relatos, no período do vento leste há um aumento do risco de acidentes ou naufrágios envolvendo embarcações, em particular as menores como paquetes e jangadas. A pesca apresenta risco durante o ano todo, mas durante este período estes riscos são maiores, assim como também são os ganhos.

Observando as dificuldades, resumidas aqui, para a continuidade da pesca artesanal e interpretando que entre estas pode-se incluir a realização da pesquisa sísmica (como indica a avaliação de impactos). Soma-se aos critérios de avaliação de projetos, atuar nas áreas que representam obstáculo a reprodução social da pesca. Em resumo estas áreas são:

- Reduzir a ocorrência de sobrepesca
- Reduzir o uso de petrechos proibidos (pesca predatória)
- Valorização social da pesca
- Aumento da segurança em embarcações
- Aumento do rendimento da pesca (investimentos em produtividade não em produção)

Claramente não está fechada a discussão a nenhum tema ou seleção de projeto que não atue direta ou indiretamente sobre essas áreas. Contudo, estas áreas serão consideradas e discutidas em especial.

IV.5 - A GEOGRAFIA DA PESCA

Observando os mapas indicados das áreas de pesca utilizadas, observa-se que de um modo geral as comunidades visitadas, de um modo geral, realizam a pesca da lagosta nas áreas mais próximas a costa. Já a captura de peixes ocorre no intervalo entre as áreas da pesca da lagosta e o limite da plataforma continental, chamado localmente como a beira do barranco. Considerando a área prevista para a pesquisa sísmica, nota-se que a probabilidade de encontro das embarcações da pesca artesanal e do navio sísmico se restringem a este limite fronteiro, durante a época de captura de peixes. A beira do barranco representa a fronteira ou limite para a pesquisa sísmica por um lado e o limite da pesca artesanal por outro.

Considerando os tipos de pesca realizado neste espaço percebe-se que de maneira geral, foram identificadas três modalidades de pesca desenvolvidas na região que são:

- a. a pesca de atum em grandes embarcações, realizada em auto mar, e que atravessa a área prevista para a pesquisa sísmica;

- b. a pesca de linha e rede, com embarcações motorizadas menores, e que são realizadas em toda região da plataforma continental, até a beira do barranco, área onde a profundidade passa a aumentar; e
- c. a pesca de jangada, que apesar de se concentrar na pesca de lagostas (em armadilhas e mergulho livre com compressor) e de linha em baixa profundidade, alguns pescadores se aventuram até o limite da Plataforma Continental em busca de maiores cardumes de peixe em períodos de defeso ou baixa da produção de lagosta.

Destaca-se que existem outras modalidades de pesca existem nesta região, como a pesca de canoa nos rios e beira-mar; as jangadas e bateiras menores que não se afastam do litoral; e as marisqueiras, muito presentes nos rios e mangues da região. Estas modalidades ocorrem relativamente distantes da área de sísmica, não apresentando impactos diretos da relação com a atividade.

A distribuição das diferentes modalidades de pesca não é uniforme na região, tanto nos municípios como nas comunidades. A existência de cada modalidade está ligada ao perfil das comunidades, sua história e as características do mar de cada região, o que envolve a dinâmica das marés, da profundidade, da existência de portos e estruturas de embarque e desembarque.

A pesca de jangada é muito antiga em todo o trecho pesquisado, com jangadeiros presentes em quase todos os povoados. Esta modalidade de pesca além de comum não necessita de grandes portos e áreas de poitas e de embarque e desembarque, podendo acontecer em qualquer praia e na maioria das condições de ventos e marés. Já a pesca dos barcos a motores tem uma dependência maior da localização das poitas e de portos para embarque e desembarques, o que define as principais comunidades de pesca e de portos na região.

A seguir as modalidades de pesca são descritas com maior detalhamento

a) Pesca do Atum

A pesca de Atum é realizada em alto mar pelos maiores barcos da região, apontada pelas descrições das entrevistas como “na linha do equador”. Em geral são embarcações ligadas a grandes peixarias, e que ficam semanas no mar acompanhando cardumes de atum, levando até 6 tripulantes, entre eles, mestre, cozinheiros e pescadores.



Figura IV-1 - Tamanho do Barco de Pesca de Atum em relação a outros barcos menores - Porto de Areia Branca / RN.

Essa modalidade de pesca envolve muitas famílias com pescadores que trabalham nos barcos particulares ou de armadores donos de peixarias e/ou atravessadores. Muitos pescadores de outras modalidades, como a pesca de linha e a pesca de lagosta, optam pelo trabalho na pesca do atum como um emprego mais estável do ponto de vista profissional e econômico. É uma pesca promissora da região, com muitos barcos sendo construídos em diferentes povoados, seja por pescadores particulares, seja por empreendedores maiores.

A relação desta pesca com a área onde de realização da pesquisa sísmica se dá pela travessia de embarcações em direção aos cardumes, ou na volta para o desembarque, principalmente em Areia Branca. Como estes barcos são de maior calado, precisam estar atentos aos horários de marés altas para o desembarque no Rio Apodi, porto de Areia Branca. Em algumas situações, quando do encontro com a Pesquisa Sísmica, alguns barcos precisam aguardar a passagem dos navios, o que pode interferir nos horários das marés, atrasando o desembarque. No entanto observa-se que esta atividade se caracteriza como pesca industrial, sendo alvo para o PCAP que se restringe à pesca artesanal, como é o caso das modalidades seguintes.

b) Pesca de Linha e Rede em Barcos a Motor

A pesca artesanal com maior possibilidade interação com a Pesquisa Sísmica é a pesca realizada por pequenas embarcações a motor, que pescam de linha de mão, rede, armadilha e espinhel de fundo. É uma pesca muito comum entre todos os municípios da região, realizadas de forma familiar e comercial por armadores.



Figura IV-2 - Barco a motor de pesca de linha, rede e armadilhas - São Cristóvão, Areia Branca / RN

É um tipo de pesca intermediária, não tão lucrativa como a pesca de atum, porém, mais rentável que a pesca em jangadas e bateiras. Essas embarcações costumam pescar também lagostas quando fora da temporada do defeso, porém com uma destinação maior para diferentes tipos de peixe. O pescado é desembarcado em toda a região, desde o Rio Grande do Norte ao Ceará, a depender da embarcação e da relação com atravessadores. As maiores frotas são de armadores presentes nos principais portos de desembarque do trecho pesquisado. Alguns donos de peixaria ou atravessadores chegam a ter até 5 ou 6 embarcações com mestre e pescadores trabalhando em regime de produção ou contrato. Apesar deste modelo produtivo se afastar da pesca artesanal muitas famílias de pescadores artesanais possuem também embarcações a motor e atuam neste tipo de pesca, alguns atuando como “rancheiros” (pequenos atravessadores locais) ou dividindo a produção em escala familiar.

Como a pesca nestes barcos a motor chega a envolver entre 4 e 5 pescadores, ela gera muitos empregos, sua maioria através de divisão da produção ou porcentagem por resultado de pesca. famílias da região mantem um ou mais pescadores nesta modalidade, residindo em muitas das comunidades identificadas nos 4 municípios, como será melhor descrito adiante. Em período de pesca da lagosta a dedicação nesta modalidade é maior entre alguns barcos, com o uso de armadilhas de covo e mergulho livre com compressor. São muito comuns os problemas de saúde originados desta modalidade de pesca, muitas vezes exercido de maneira irregular.

Observa-se que o barranco (como indicado área final da Plataforma Continental), é uma área importante para este tipo de pesca, pois a diferença de profundidade interfere na quantidade e qualidade do pescado. A beira do barranco é um limite, não tão raso como a Plataforma Continental, mas cuja profundidade ainda permite a colocação de redes e armadilhas. Dessa forma, a maioria dos barcos a motor da região (excluindo os atuneiros) se dirigem para estas áreas com regularidade em busca de cardumes e peixes maiores e mais lucrativos.

c) Jangadas e Bateiras

A pesca em Jangadas e bateiras são as mais “populares” entre os municípios pesquisados, com muitos destes barcos distribuídos em todas as comunidades da região. É uma modalidade antiga de pesca artesanal que se encontra em declínio, sendo mais sensível aos riscos a reprodução social da atividade pesqueira.



Figura IV-3 - Jangadas e Bateiras - Upanema, Areia Branca - RN.

Essa pesca tem como área principal a Plataforma Continental, atuando em regiões de até 20 metros de profundidade. Em geral estes pescadores criam pesqueiros (“marambaias”) no mar, lançando pequenas estruturas metálicas ou de pneus velhos para criar pequenos recifes de corais onde se dirigem para pescar com regularidade. A lagosta é o pescado principal, mas no momento do mergulho e do ancoramento pescam peixes de melhor valor que encontram nos pesqueiros. Em períodos de defeso se dedicam a pesca de linha. É muito comum o conflito no mar dos jangadeiros com barcos a motor, sobretudo quando estes realizam pesca de arrasto. A disputa por melhores pesqueiros é comum e muitas vezes estes pescadores se dirigem também para o barranco em busca de melhores estoque pesqueiros.

Em algumas comunidades aonde o mar não apresenta profundidade para barcos maiores só se desenvolve este tipo de pesca, na maioria das vezes realizado de forma familiar ou envolvendo até 3 pescadores de diferentes famílias.

A produção é, em geral, desembarcada nas mesmas praias de embarque, e vendida para rancheiros locais ou atravessadores de fora, oriundos de diferentes estados. Muitos destes pescadores desenvolvem outras atividades econômicas e tem na pesca uma alternativa econômica, outros desenvolvem apenas esta atividade regularmente.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das entrevistas realizadas foi possível construir uma primeira aproximação do perfil das comunidades locais e da atuação das instituições vinculadas à atividade pesqueira, constituindo-se em subsídios para o planejamento das etapas posteriores deste PCAP.

O primeiro ponto a se destacar refere-se à quantidade de comunidades presentes na região, que ultrapassaram as expectativas iniciais. Segundo a menção de representantes dos pescadores (majoritariamente presidentes de colônia e capatazes) o quantitativo de comunidades pesqueiras nos municípios chegava a um total de 52. Este número se mostrou superior às projeções iniciais. No entanto, ao investigar de forma mais detalhada percebeu-se que algumas comunidades apresentavam números restritos de pescadores, o que não justificaria o desenvolvimento de um projeto específico para cada comunidade, tanto em termos de recursos, como pela falta de contingente para sua continuidade. Observou-se, também que tais comunidades apresentam rotineiramente relações com outras comunidades maiores, onde estas últimas servem como referência em termos sociais e econômicos relativos à atividade pesqueira. Notou-se que nestes casos as comunidades menores se inserem como parcela das comunidades maiores. De modo que, em muitos casos esses pescadores se identificam como pescadores atuantes em comunidades de referência, onde convivem com outros pescadores, formando grupos. Esta perspectiva, interpretada à luz do EAS, fez com que várias comunidades foram agregadas em conjuntos maiores. Para o PCAP, fez novamente esta operação, com base na identificação dos pescadores entrevistados (em primeiro lugar) e com a distribuição do contingente, checando a um total geral comunidades e o número correspondente de projetos necessários para atender o público-alvo.

Os resultados das abordagens em mar do Programa de Comunicação Social (PCS) tem indicado muitas embarcações de pesca oriundas de Diogo Lopes (distrito do município de Macau, no Rio Grande do Norte). Diogo Lopes é uma vila de pescadores que localiza-se dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão.

Desta forma, além das 24 comunidades mapeadas após a o diagnóstico prévio a comunidade de Diogo Lopes também foi incluída nesta lista, totalizado assim as 25 comunidades que serão compensadas no âmbito deste PCAP Quadro V-1.

Quadro V-1 -Comunidades de pescadores que serão contempladas por esse PCAP e sua junção por Projetos de Compensação Implementados.

Município	Comunidades Total	Contingente de Pescadores (estimativa da colônia)	Comunidades que serão contempladas por esse PCAP	Somatório do Contingente
Fortim (CE)	Pontal	200	Pontal	250
	Guajiru (em Fortim Centro)	50		
	Viçosa	125	Fortim	225
	Volta Grande (em Viçosa)	50		
	Jardim (em Fortim Centro)	50		
	Barra e Canto da Barra	150	Barra	150
Aracati (CE)	Canoa Quebrada	150	Canoa Quebrada	250
	Majorlandia	100		
	Quixaba	100	Quixaba	100
	Lagoa do Mato	50	Lagoa do Mato	50
	São Chico	100	São Chico	250
	Retirinho (em São Chico)	50		
	Picada da Areia (em São Chico)	50		
	Fontainha	50		
	Porto da Camélia	200	Porto da Camélia	200
	Vila da Volta	50	Vila da Volta	50

Município	Comunidades Total	Contingente de Pescadores (estimativa da colônia)	Comunidades que serão contempladas por esse PCAP	Somatório do Contingente
Icapuí (CE)	Retiro Grande	50	Retiro Grande	150
	Ponta Grossa	100		
	Redonda	500	Praia de Redonda	500
	Peroba	50	Peroba	100
	Picos (em Peroba)	50		
	Vila Nova	50	Praia de Vila Nova	100
	Barreira de Baixo (em Vila Nova)	50		
	Barreira de Cima	100	Barreira de Cima	300
	Barrinha	200		
	Tremembé	200	Praia de Tremembé	290
	Melancias (em Tremembé)	50		
	Manibu	20		
	Peixe Gordo (em Manibu)	20		
	Barra Grande	300	Centro (sede)	600
	Requenguela (em Barra Grande)	50		
	Centro (em Barra Grande)	50		
	Cajuás (em Barra Grande)	50		
	Mutamba (em Barra Grande)	50		
Quitérias	50			
Placa (em Quitérias)	50			
Porto do Mangue (RN)	Rio das Conchas (sede)	200	Rio das Conchas (sede)	200
	Rosado	100	Rosado	100
	Pedra Grande	20	Pedra Grande	20
Areia Branca (RN)	Ponta do Mel	100	Pontal do Mel	160
	Redonda (em Ponta do Mel)	10		
	Morro Pintado (em Ponta do Mel)	20		
	Baixa Grande e Arraial (em Ponta do Mel)	15		
	Upanema (em Ponta do Mel)	15		
	São Cristóvão	120	São Cristóvão	120
Areia Branca (sede)	200	Areia Branca (sede)	200	
Grossos (RN)	Pernambuquinho	30	Praia de Pernambuquinho	60
	Alagamar (em Pernambuquinho)	10		
	Areias Alvas (em Pernambuquinho)	20		
Tibau (RN)	Emanoelas (em Tibau Sede)	20	Praia de Tibau	100
	Gado Bravo (em Tibau Sede)	20		
	Tibau (sede)	60		
Macau (RN)	Diogo Lopes		Diogo Lopes	

A realização das oficinas irá exigir uma intensa mobilização, pois nas entrevistas ficou explícito o ceticismo de muitos pescadores em relação à projetos para as comunidades. Mesmo agrupando as comunidades há uma expectativa de baixa participação e adesão ao projeto a ser construído em conjunto. Caso a quantidade de presentes nas oficinas exceda as expectativas e inviabilize a realização das dinâmicas, a reunião será transformada em uma assembleia que escolherá representantes para a participação na construção dos projetos. Além disso, poderão ser incluídas outras comunidades em função das abordagens registradas no PCS durante a continuidade da Atividade de Pesquisa Sísmica.

A relativa apatia e descrença dos pescadores em relação à projetos decorre de frustrações com experiências pretéritas. Um dos elementos que apareceu nas entrevistas foi a preocupação de que o controle do projeto seja realmente exercido por pescadores. Isto deriva da apropriação, no passado, de projetos para pesca artesanal por pessoas consideradas como alheias à atividade ou não pertencentes ao grupo de pescadores (ou vistas como não pertencentes). Esta preocupação compreende em duas perspectivas. Na primeira, há a interpretação de que os pescadores são deslocados da situação de beneficiários dos projetos e outra é relativa a legitimidade, ou seja, que os condutores do projeto não representem o conjunto dos pescadores, não agindo conforme o interesse da categoria.

Outro ponto que se relaciona com a descrença e apatia dos pescadores são os projetos que não conseguiram alcançar seus objetivos ou eram inadequados à realidade local, o que gera uma perspectiva fatalista sobre novas iniciativas. Por várias vezes foram feitos relatos de cooperativas e projetos que não vingaram, aumentando a descrença e descrédito generalizado.

Por fim, ainda há o encerramento de projetos considerados exitosos. Nesses casos, os projetos não criam formas de sustentabilidade ou autonomia, de forma que ao se encerrar o compromisso da empresa, o projeto também encerra suas atividades.

Além disso, a atividade pesqueira enfrenta dificuldades na região. Conforme apontado, a pesca predatória, mais especificamente da lagosta, tem representado uma forte pressão sobre o recurso pesqueiro, resultando em dificuldades para os pescadores artesanais que atuam em conformidade com a legislação. A redução do estoque pesqueiro, segundo os entrevistados, implica em um desestímulo para a reprodução da pesca artesanal e sua continuidade, na medida em que altera a relação projetada localmente de risco e benefício. Como afirmado, os filhos não querem exercer as atividades de seus pais e em outros casos os pais não querem que os filhos sigam seus passos.

Soma-se a esses problemas questões relativas ao uso do espaço marítimo. Notadamente, há um crescimento da atividade turística, o que em algumas comunidades tem aumentado a pressão sobre a atividade, ocupando e competindo por espaços para sua realização.

Para as etapas subsequentes pretende-se levar em consideração esses aspectos para a discussão e formulação dos projetos, junto às comunidades de pescadores locais, ressaltando os critérios (item IV.2 - Ações da Petrobrás) e áreas temáticas já apontadas (item IV.4 - A reprodução Social da Atividade).

VI. EQUIPE TÉCNICA

Técnico	Formação	Registro em Conselho	Cadastro Técnico Federal (IBAMA)
Fernanda Leite Barbosa	Advogada	OAB 118.794 - RJ	*
Claudio Mandarinó	Advogado	OAB 86.442 - RJ	*
Flávia Teixeira Amancio da Silva	Bióloga e Mestre em Ciência Ambiental	CRBIO 32.792/02	888880
Eduardo Menezes	Mestre em Ciências Sociais	*	329211

(*) não se aplica

VII. BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ Ambiente & Sociedade - Vol. VII nº 1. Rio de Janeiro. jan./jun. 2004

MELO, Andrezza Andrade de. RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Uma Etnografia dos Mestres da Pesca Artesanal da Praia de Carne de Vaca, Goiana, PE. Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE. Recife. Janeiro – Julho • 2015

MONTEIRO, Sandoval Villaverde. FONSECA, Ana Claudia Mafra da. NEVES, Edna Barreto das. MELO, Luiz Ricardo Linhares Teixeira de. A Pesca Artesanal em Natal - RN: das relações entre trabalho, cultura e lazer. V Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (CONNEPI) Maceió. 2010

MONTEIRO, Sandoval Villaverde. A pesca artesanal nas praias urbanas de Natal: trabalho, lazer e práticas culturais. I Reunião Equatorial de Antropologia e X Reunião de Antropólogos Norte-Nordeste (Anais). Aracaju: UFS, 2007.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. A desnecessidade do trabalho entre pescadores artesanais. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 17, n. 38, p. 192-220, jan/abril, 2015.

RODRIGUES, Danielle Viana. Análise dos Conflitos entre Pescadores Artesanais de Lagosta No Município de Icapuí CE. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil. 2013.

ROMERO, Fanny. Longa. O pescador é sofredor?: identidades e conflitos em torno da reprodução social da pesca artesanal na praia de Itapoã, Espírito Santo. Estudos de Sociologia (Recife), v. 1, p. <http://www.revi>, 2014.

SILVA, Rubens Elias. Sobre a honra pesqueira: considerações sobre a constituição da honra pesqueira entre costeiros do Rio Grande do Norte e Paraíba e a organização dos aspectos ideológicos e culturais a respeito desse fenômeno social. In: Rubens Elias da Silva. (Org.). Socioantropologia da pesca: estudos etnográficos sobre populações costeiras no Nordeste brasileiro. 1 ed. João Pessoa, PB: Editora Ideia, 2014, v. 1, p. 89-116.

